

INTRODUÇÃO

As estatísticas fornecidas pelo Ministério da Justiça¹ demonstram que as taxas de encarceramento no Brasil vêm crescendo substancialmente ao longo dos últimos anos. Entre 1995 e 2005, por exemplo, a população carcerária aumentou de 148 mil presos para 361.402, representando um crescimento de 143,91% em uma década. Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2009, a população carcerária aumentou de 361.402 para 473.626, representando um crescimento de 31,05%. Neste ritmo de encarceramento, brevemente ultrapassaremos a soma de 500.000 presos.

Tais índices colocam o Brasil como tendo uma das maiores populações carcerárias do mundo, constituída majoritariamente de homens jovens e pobres, grande parte dos quais negros e pardos, acusados de furto, roubo ou tráfico de drogas. Mas não apenas isto. Esta população masculina, constituída por jovens pobres, também tem sido morta de forma violenta, conforme as estatísticas apresentadas nas diversas edições do Mapa da Violência. Muitas destas mortes são atribuídas a acertos de contas entre grupos rivais, mas também à ação de grupos de extermínio e à ação violenta de policiais.

Estas considerações iniciais não se constituem em novidade, uma vez que dispomos de inúmeras pesquisas, levantamentos e relatórios de entidades de direitos humanos sobre o tema. No entanto, em sua maioria, estes trabalhos se voltam para o estudo dos grandes centros urbanos, esquecendo-se das pequenas e médias cidades do interior, observando-se, assim, uma invisibilidade dos pequenos municípios no cômputo das estatísticas de violência e atuação de grupos de extermínio

Pesquisando a violência contra adolescentes e jovens negros e pobres em uma cidade do interior da Bahia - Vitória da Conquista -, constatei, de maneira inesperada, que muitos dos adolescentes e jovens assassinados haviam sido beneficiários de algum programa ou política pública produzido por instâncias de governo nos âmbitos municipal, estadual ou federal; ou haviam cumprido medidas sócio-educativas, em decorrência do cometimento de atos infracionais. No entanto, a passagem dos adolescentes e jovens por tais programas e medidas não foi capaz ou suficiente para protegê-los de serem mortos de maneira violenta.

¹ Acessíveis pelo site www.mj.gov.br

Diante de tal quadro, busquei levantar elementos teóricos e empíricos que me permitissem compreender as relações entre *racismo, violência e extermínio da juventude negra*. Busquei, também, fazer um levantamento inicial de tais programas e políticas, para futuramente investigar em profundidade porque não foram efetivos em relação ao grupo de jovens estudados nesta pesquisa, no sentido de diminuir os riscos a que se encontravam expostos. Minha hipótese preliminar é de que estes jovens encontravam-se em situação de maior vulnerabilidade em relação a seu grupo, necessitando de atenção especial ou programa diferenciado.

Assim, o objetivo maior desta Dissertação foi apresentar elementos - através de pesquisa participante, do levantamento de dados estatísticos e da leitura de autores que abordam temas relacionados ao objeto pesquisado - que me possibilitassem compreender a relação entre racismo e morte violenta de jovens negros e pobres de uma cidade do interior da Bahia. Para o antropólogo Abdias Nascimento (1982, p. 68-69), “a opressão dos negros (...) em qualquer lugar do mundo são formas particulares da mesma opressão que atinge indistintamente a todos os povos de cor, em qualquer país de predominância branca.”

Como tem sido mostrado em diversos estudos e relatórios, o Brasil detém um dos maiores índices de mortes violentas entre a população jovem, sendo os negros e pardos, as principais vítimas (Unesco, 2004). O Mapa da Violência IV, nos informa que a cada 100 mil habitantes, 30,3 brancos morrem por homicídio, enquanto o número de negros é de 68,5. (ibidem, p. 2004). Levando em consideração os números apresentados compreende-se a relevância da pesquisa. É pertinente aprofundar a compreensão das relações entre racismo, violência e as ações de grupos de extermínio contra a juventude negra em Vitória da Conquista, uma vez que a violência cresce de forma assustadora como se poderá constatar mais adiante, nos gráficos que serão apresentados neste estudo. Através do exemplo da periferia da cidade baiana é possível ao menos constatar que, no Brasil, a violação crônica dos Direitos Humanos não se realiza senão com base na extração de humanidade do grupo social negro.

A brutalidade e a investida de grupos de extermínio sobre a juventude negra, no entanto, não ocupa espaço nos jornais como deveria. Há uma naturalização dos acontecimentos gerando um senso comum de que “bandido” tem que morrer. Conforme observa Vera Malaguti (2003) “a mortandade de negros não ocupa nas folhas espaço significativo, nesse caso, nenhum espaço”.

De acordo com a Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, em seu artigo 2º, item 2 “o racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em discriminações

raciais, os comportamentos discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam a desigualdade racial, assim como a idéia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; (...) impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte aqueles que o pratica, divide as nações em seu próprio seio, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais”².

Para compreendermos o racismo é preciso explicitá-lo, desvelar seu caráter desumanizador e violador de direitos, que impede a efetivação da cidadania e propaga a violência simbólica e física na vida das vítimas. Fazer a crítica do racismo, enquanto ideologia e prática que tem justificado a violência contra jovens negros e pobres.

Para Oracy Nogueira (1998 [1955]; 1985 [1979]; *passim*), como veremos mais adiante, o Brasil apresenta uma modalidade de preconceito contra os negros classificado como *preconceito racial de marca*, diferentemente dos EUA, onde o preconceito contra os negros foi classificado como *preconceito racial de origem* (Paixão, 2005). Assim, no Brasil, as características fenotípicas e culturais é que determinariam o grau de discriminação e inferiorização do indivíduo. Neste sentido, a aparência do negro sempre foi um fator de discriminação, sendo que os heróis e heroínas não são identificados com personagens negros.

Para a elaboração desta Dissertação, dois autores, ainda que com pensamentos diferenciados, foram inspirações fundamentais: Michael Foucault, para quem o poder se exerce nas relações cotidianas e produz modos históricos de subjetivação e Frantz Fanon, que vê na luta pela descolonização e no combate ao racismo, a possibilidade do surgimento do “homem novo” (2005, p. 362). Esta proposta de Fanon nos reanima, uma vez que o extermínio não pode ser a palavra final para a juventude negra.

Além dos autores acima mencionados, alguns outros, filiados à chamada criminologia crítica, como Eugênio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista, nos ajudaram a compreender o sistema penal brasileiro como instrumento de controle, repressão e extermínio de jovens negros e pobres.

O objetivo desta Dissertação é identificar o racismo como violência contra a juventude negra, tendo como conseqüência práticas de exclusão e de extermínio.

² Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais. Conferência da organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 27 de novembro de 1978. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114032s.pdf#page=61>. Acesso em 30 de outubro de 2010.

Apresentando a questão: a situação de violência contra jovens negros e pobres.

A violência institucional contra determinados grupos da população brasileira não é uma situação nova. Contudo, ao invés de se questionar a existência e os propósitos de toda esta violência, prefere-se afirmar, por exemplo, que o sistema penal brasileiro não funciona, e que as prisões não ressocializam. Ao nosso ver, o problema é justamente o contrário, pois acreditamos que existe uma eficácia deste sistema que é manter parcelas da população encarcerada, principalmente os jovens, como estratégia de contenção dos problemas sociais.

“O Brasil possui um dos mais altos índices de homicídios entre a população jovem do mundo e, em todos os estados da federação, os jovens negros são as principais vítimas” (Unesco,2004). O Mapa da Violência IV, indica que a cada 100 mil habitantes, 30,3 brancos morrem por homicídios, enquanto o número de negros é de 68,5 uma diferença de 74% entre as raças. (ibidem:2004). Levando em consideração os números apresentados compreende-se a relevância da pesquisa.

De acordo com os dados analisados e coletados na Secretaria de Saúde de Vitória da Conquista, 60% das mortes por causas externas são de pardos, 17% são pretos, 13% ignorados e 10% brancos, conforme podemos verificar pelo Gráfico Percentual de homicídios de causa externa de jovens em Vitória da Conquista/BA, classificado por cor:

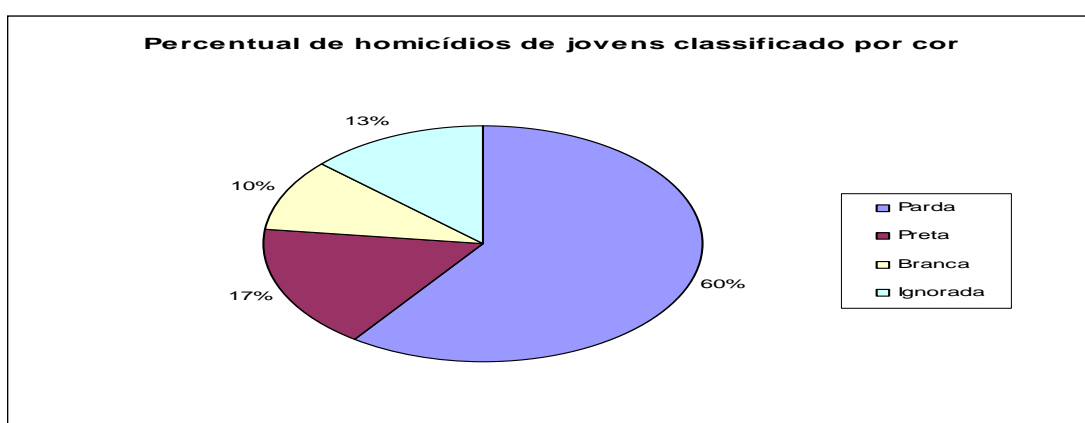


Gráfico 1

Fonte de dados :MS/SVS/DASIS-Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM

<http://www.datasus.gov.br> (adaptado por Suzete de Paiva Lima – dados até 2007);

SESAB/DIS/SIM atualização de 2008 a 03/09/2010 www.saude.ba.gov.br/dis

Usamos a categoria do IBGE para utilizar cor.

A criminalização preferencial dos negros é uma das características do direito penal brasileiro e da sociedade. Observa-se a partir dos números acima a consequência da criminalização racial e a estigmatização deste segmento. Esta tem sido uma realidade histórica do negro, identificado como personalidade criminoso potencial. Como escravos no Brasil imperial ou marginalizados, no Brasil contemporâneo, seguem sendo as principais vítimas da seletividade penal.

Controlar os corpos negros, mantê-los no seu lugar a qualquer preço, mesmo que custe a morte. Racismo, intolerâncias e extermínio têm configurado a violência cotidiana na ação da polícia nas periferias de Vitória da Conquista. A análise pode ser observada de três aspectos: primeiro, o modelo de segurança pública tem se voltado mais para a defesa do bem estar das classes dominantes e de seus patrimônios, sendo que o combate ao racismo não constitui eixo privilegiado na elaboração dos programas de governo; segundo, a ação repressiva da polícia em relação à população periférica não é considerada violenta, pois os bairros de concentração de negros e pobres são territórios que devem ser vigiados e controlados; e, terceiro, as prisões e execuções naturalizadas e aceitas como necessárias à manutenção da ordem pública e à defesa da sociedade, combatendo os “bandidos”, “vagabundos”, “perigosos” e “deliçquentes”.

Em *Vigiar e Punir* (2007) Michel Foucault analisa a mudança no modelo de punição que ocorreu no final do século XVIII, e no início do século XIX. Segundo Foucault (2007, p. 15)

“os rituais modernos da execução capital dão testemunho desse duplo processo-supressão do espetáculo, anulação da dor. Um mesmo movimento arrastou, cada qual com seu ritmo próprio, as legislações européias. Para todos uma mesma morte, sem que ela tenha que ostentar a marca específica do crime ou o estatuto social do criminoso; morte que dura apenas um instante, e nenhum furor há de multiplicá-la antecipadamente ou prolongá-la sobre o cadáver, uma furor há de multiplicá-la antecipadamente ou prolongá-la sobre o cadáver, uma execução que atinja a vida mais do que o corpo.”

No caso do Brasil, no entanto, diferentemente da situação analisado por Foucault, os pelourinhos de hoje parecem ser as prisões superlotadas e violadoras de direitos básicos, onde procedimentos de tortura ainda são freqüentes. Conforme diz a psicóloga Vanessa Menezes de Andrade, “a política de genocídio e de prisionização maciça dos jovens negros só não triunfa inteiramente devido à inventividade com que resistimos ao longo da história” (2010, p. 44).

Neste sentido, a luta das mães negras e pobres, na busca de tentar compreender o que aconteceu com os seus filhos, tem sido fundamental. Porque elas sabem sim, o que aconteceu com estes jovens que nasceram de suas entranhas, que foram sentenciados para morrer, por trazer a marca e a origem da escravidão, ao contrário de certo Governador, que certa vez definiu o ventre das mães pobres e moradoras das favelas do Rio de Janeiro como fábrica de marginal.

O racismo e a violência estão incrustados no sistema de segurança pública no Brasil. Através do exemplo da cidade baiana, da periferia de Vitória da Conquista, é possível ao menos constatar que no Brasil a violação crônica dos Direitos Humanos não se realiza senão com base na extração de humanidade do grupo social negro. Portanto, nossa barbárie prossegue, dando continuidade às barbáries ocorridas no Brasil Colônia e Império.

Vitória da Conquista está entre os 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. É o 114º em índice de homicídios contra a adolescência (PRVL 2009, p. 47)³. Nos últimos 15 anos a cidade tem sido administrada por um grupo político que se apresenta como tendo maior preocupação de cunho social, propondo, inclusive, maior participação popular. No entanto, as políticas públicas desenvolvidas não têm sido suficientes para mudar a realidade desses jovens negros e pobres. Isso porque, a meu ver, em vez de haver uma política de ação afirmativa eficaz, há uma abordagem universalista, que trata todos os jovens por igual sem perceber a especificidade desse grupo de negros, rotineiramente massacrado na dinâmica social da cidade em questão.

É necessário entender a situação de horror e violência que se apresenta e acontece no interior do Brasil, na periferia dos grandes centros urbanos. A Bahia, estado onde está localizada a cidade de Vitória da Conquista, é, no imaginário social, um lugar de promoção da igualdade racial, mas, de fato, isso é falso. Os negros de Vitória da Conquista estão nos guetos, engrossam os índices de analfabetismo, de mortes por homicídio, de contingente prisional, ou mesmo de população de rua e nas ruas. Nestes últimos anos, o número de mortes de jovens negros e pobres têm configurado uma situação de horror: 14 mortes e 3 desaparecimentos, no dia 28 de janeiro de 2010.

A chibata estala nos corpos negros, os homens negros têm sido vitimados. Segundo o site da pastoral da juventude (2010), entre janeiro e setembro de 2008, 1.450 pessoas foram mortas pela polícia baiana; a maioria sendo constituída de jovens e afrodescendentes. Um dos jovens, em seu depoimento no Tribunal Popular, realizada no dia 4 julho de 2009, na cidade de São Paulo, que tratou da perseguição e do extermínio da juventude negra, deu o seguinte depoimento

“que, sob o argumento de disputas entre traficantes, centenas de jovens são executados nas periferias baianas, a maioria com o mesmo perfil: jovens negros, entre 15 e 29 anos, com baixa escolaridade. Para ele, no entanto, o que ocorre é um verdadeiro extermínio, posto em prática por policiais e, de forma crescente, por grupos paramilitares: "Existe uma pena de morte que não está na nossa Constituição, mas que na prática existe, executada por agentes do Estado". (2009)

³ Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Índice de Homicídios na Adolescência: análise dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Brasília 2009.

A humilhação e o sofrimento pesam e afetam, prioritariamente, a juventude negra. Em Vitória da Conquista, os bairros onde ocorreram às chacinas são apenas mais um número na estatística da periferia do país. Mas, segundo o educador social, “o luto deve se transformar em luta”. A luta daquelas mães deve ser também a nossa luta. As futuras gerações de jovens negros dependerão do compromisso pela garantia por direitos humanos. Da nossa indignação depende o futuro da juventude negra que tem sido reescrito pela nossa capacidade de luta.

Não há solução rápida, mas as mães demonstraram força e seus gritos podem indicar o caminho de uma sociedade rumo à justiça. Os indiciamentos pelo ministério público estadual baiano, de 37 policiais, pelas mortes destes jovens, permite uma esperança a essas famílias, de que nem tudo está perdido.

A cada dia cresce o número de jovens negros que vêm sendo morto pela polícia. A maioria destes jovens encontra-se na faixa etária entre 14-29 anos, com baixa escolaridade, moradores em bairros pobres e muitos nunca tiveram oportunidade de trabalho. No contexto da Bahia, isso é contraditório pois Vitória da Conquista já ganhou os seguintes prêmios na área da criança e adolescente: Programa Brasil Criança Cidadã (Governo da Bahia: 1998), Município Amigo da Criança (Unicef:1999), Prefeito Amigo da Criança (Fundação Abrinq:1999), Nacional dos Direitos Humanos (Governo Federal:2003), e Prefeito Amigo da Criança (Fundação Abrinq:2004). Mas muitos dos beneficiados dos programas oferecidos pela administração local, ao deixarem a proteção desses programas, foram mortos. A polícia tem sido acusada como responsável por muitas destas mortes.

É sabido que o tráfico tem aumentado nos últimos anos e isso tem levado a uma nova dinâmica para muitas famílias, mas nada justifica a ação violenta na comunidade. O jovem negro é comumente alvo de abordagem policial, com uma incidência maior do que jovens brancos. A truculência e o modo como são abordados não deixam dúvidas que a cidadania e os direitos humanos não foram efetivados, que Vitória da Conquista tem um passado marcado pela matança da população indígenas, que antes era habitado pelos Imborés, Tamoios e Pataxos, no século XIX. O extermínio tem sido uma marca na história desta cidade, que antes era conhecida, segundo informações da comunidade, como “açougue humano”.

O Relatório Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, da ONU (ibidem, p. 2008), ou o Mapa da Violência (2004-2010), e outros relatórios não explicitam as cidades do interior, onde a cada dia aumenta a rota do tráfico de drogas, um aumento expressivo da criminalidade com envolvimento de policiais, e o extermínio de adolescentes e jovens e negros.

Nos últimos oito anos, de 2003 a 2010, por exemplo, período delimitado para esta pesquisa, assistimos o espaço social e político das periferias urbanas sendo constantemente objeto de ações policiais repressivas, alegando-se principalmente o combate ao tráfico e consumo de drogas. Não obstante, a grande maioria dos jovens atingidos por tais ações repressivas são adolescentes e jovens em situações de grande vulnerabilidade social, desprovidos do acesso aos bens individuais e coletivos mais básicos. Este cenário impede que os direitos conquistados na Constituição Cidadã de 1988 se efetive para esta população.

Os relatos de moradores da periferia de Vitória da Conquista revelam que o extermínio está ligado diretamente ao poder público, seja pela ação repressiva e violenta de policiais, seja pela omissão na identificação e apuração dos crimes. Neste sentido, a população se ressentida do pouco interesse do poder constituído em prevenir ou mesmo apurar as violências. Os jovens são mortos e os fatos não são dados como crime, ao contrário, eles é que são chamados de criminosos, mesmo que não estejam armados ou apresentem qualquer fato para tal. Muitos da comunidade pensam de fato, que são criminosos.

Às vezes, uma simples apreensão pela polícia, quando adolescentes, os tornam "marcados" para morrer. Os novos "condenados da terra", expressão usada por Fanon, morrem antes de sair da adolescência; sem importância, a vida não tem valor.

Diante do exposto, algumas questões se apresentam como relevantes: como o racismo tem impedido a cidadania dos jovens negros? Como combater a ação perversa dos grupos de extermínios? Que tipos de iniciativas devem ser tomadas para garantir à vida? Que Políticas Públicas ajudarão, de fato, mudar o quadro de violência no município? Que papel a administração pública deve cumprir para reverter o extermínio deste segmento social?

Antecedentes da pesquisa: breve relato.

Ao chegar em Vitória da Conquista fui convidada a trabalhar, em 2003, na Secretaria de Educação, atendendo à Lei 10.639 - sobre o ensino de História da África nas escolas. Antes mesmo da aprovação desta Lei, os Agentes de Pastoral Negros (APNs) desta cidade vinham reivindicando a importância deste ensino nas escolas.

O projeto que apresentei à Secretaria, no entanto, não teve condições de ser executado devidamente, uma vez que não houve consenso sobre o tema entre os diversos agentes e gestores municipais envolvidos. Fui, então, trabalhar em uma escola municipal noturna, da periferia, que atendia uma população bastante pauperizada. Nesta ocasião, tive a oportunidade de conviver com jovens da escola que se identificavam com a cultura *hip hop*. A partir desta

relação com a juventude, em 2004, foi formada a ONG GRIOT, que tinha entre seus objetivos, trabalhar a auto-estima dos jovens negros na faixa etária entre 13 a 26 anos.

Paralelamente, comecei a visitar, junto com os APNs, duas comunidades que tinham características quilombolas. Buscamos contato com a Fundação Palmares para dar início ao processo de reconhecimento destas comunidades – o que veio a acontecer em 2005.

O trabalho com os jovens, no entanto, na ONG GRIOT, foi demandando maior atenção naquele momento, tendo em vista a situação de grande vulnerabilidade em que se encontravam. Cotidianamente, os jovens relatavam situações de violência vividas por eles, familiares ou pessoas da comunidade onde moravam. Fui então, sendo apresentada a uma situação que envolvia a relação entre juventude, violência e racismo.

Neste momento, busquei um Programa de Pós-Graduação onde pudesse pesquisar esta temática de maneira mais consistente, possibilitando juntar teoria e dados empíricos. Fui agraciada com uma bolsa de estudo da Fundação FORD, que me permitiu condições para a realização do Mestrado no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ).

Durante este processo, dei-me à tarefa de pensar a minha implicação pessoal, ética e política, com o tema estudado. Sendo eu mesma negra, me vi na responsabilidade não apenas de constatar a dureza desta realidade mas, sobretudo, de tentar modificá-la.

Procedimentos Metodológicos:

Dei início ao estudo a partir da metodologia da pesquisa participante, que de acordo com Severino (2007) é aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados (...). O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados (...), vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises (...) dessa participação. (2007, p. 120).

Nesta ocasião, tive a oportunidade de apreender o movimento do real em sua própria manifestação, na medida em que 14 jovens pobres e negros, moradores de comunidades pobres da periferia de Vitória da Conquista, haviam sido assassinados, tendo como consequência a constituição de uma Força Tarefa planejada pelo Estado. Em decorrência deste fato, tivemos a oportunidade de estar presente junto aos sujeitos, mães e comunidades, com seus posicionamentos em defesa dos filhos e exigindo apuração dos fatos, por um lado e, por outro lado, uma manifestação organizada por policiais, em defesa da categoria e contra as acusações de terem sido eles os autores das mortes.

Assim, o caminho da pesquisa foi nascendo a partir das questões apresentadas pelos próprios jovens negros e pobre de Vitória da Conquista, oriundos de comunidades periféricas, particularmente Pedrinhas, Alto Maron e Aparecida, bairros que apresentavam maior índices de violência. Além das situações e mortes que já vinham sendo relatadas pelos jovens e familiares desde 2003, quando iniciei o trabalho com os jovens na ONG GRIOT, somaram-se mais os 14 casos do episódio ocorrido em janeiro de 2010. Neste sentido, apresento, nesta Dissertação, relatos de casos antigos e mais atuais, como parte de um processo de violência que necessita ter fim.

Além dos relatos de jovens e seus familiares, busquei, também, outras fontes orais e documentais. Particpei de discussões com médicos, gestores públicos como secretários municipais responsáveis pelo Bolsa Família, as pastorais sociais como a carcerária e do menor, para entender e compreender como estes setores percebiam os conflitos e dificuldades vividas pelos jovens. Durante este tempo foi importante participar da I Conferência Municipal de Direitos Humanos (...), I Conferência Municipal de Igualdade Racial, bem como a leitura de jornais, artigos e livros sobre o assunto.

Nas conversas, os familiares dos jovens e os moradores das comunidades diziam que os processos geralmente eram arquivados por falta de prova. Quando policiais eram acusados das mortes, sempre se dizia que os jovens estavam armados e que teria havido trocas de tiros. Apresentava-se esta justificativa como defesa, ou seja, os “auto de resistência”.

Os depoimentos foram imprescindíveis para uma melhor compreensão do lugar ocupado por esses jovens e de suas histórias. As mães, mulheres fortes e corajosas, são exemplos para o encorajamento dos outros (filhos, irmãos). Observei que elas ficam afetadas mas retomavam a vida a partir da vida dos outros filhos “para não acontecer a mesma coisa”. Durante o período de 2003 a 2008, em que integrei a assessoria da organização não governamental GRIOT⁴, muitos foram os desafios.

No início do trabalho, o que me chamou a atenção para desenvolver a pesquisa era o perfil dos depoentes, sempre os mesmos: negros, pobres, moradores em bairros em conflitos, baixa escolaridade. O primeiro depoimento se iniciou, através de uma conversa com um jovem acusado de ter furtado, junto com um amigo, R\$ 60,00 “para comprar biscoito de chocolate”. Segundo seu relato, os adolescentes pegaram o dinheiro num assalto e foram, após isso, abordados por policiais, tendo sido levados para “um local de desova”. Um deles foi morto e o outro, o depoente, levou 6 tiros, mas sobreviveu por dois anos após o incidente. Os

⁴ A ONG GRIOT dedica-se a arte-educação de jovens negros e pobres, em periferias de cidades baianas.

depoimentos causavam perplexidade. Busquei uma literatura que pudesse me ajudar a compreender situações como esta. Naquele momento, em Salvador, estava sendo articulada uma campanha contra o extermínio de jovens negros e os seus organizadores estiveram em Vitória da Conquista para o lançamento da campanha cujo lema era “Reaja ou será morta, reaja ou será morto”, divulgada em jornais, livros e relatórios. Poderiam servir como fontes os *sites* da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria Municipal de Saúde, Datasus, e um dossiê criado pela CPI do Nordeste. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Nordeste da Câmara Federal, através de dados apresentados pelo relatório da CPI do Extermínio no Nordeste, trazia dados sobre o Estado da Bahia, que hoje tem 13 milhões de habitantes e é o maior dentre aqueles da região.

Depois, busquei conversar mais com as famílias, com moradores das comunidades, visitar as casas dos jovens, onde ficou evidenciado que, em quase todos os finais de semana, aconteciam mortes entre as denominadas “quadrilhas”. Geralmente, os “perigosos” eram adolescentes. Os familiares descreviam como havia acontecido a ação policial na comunidade, que levava a morte de conhecidos e familiares.

Cabe a pergunta: **Por que em Vitória da Conquista morrem muitos jovens negros executados?** Esta tem sido a busca, juntamente com as comunidades, de uma resposta que explique a violência que faz parte do cotidiano desta cidade, e que atinge principalmente os mais jovens.

Procuramos, também, levantar as estatísticas existentes sobre mortalidade, dados sócio-econômicos da população estudada, bem como dados relativos à cidade de Vitória da Conquista e das políticas públicas lá desenvolvidas.

Passo a passo dos capítulos a serem estruturados

A Dissertação foi organizada para oferecer um panorama geral da questão, mas o foco foi colocado na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia.

No **capítulo I**, busco dar visibilidade histórica à problemática racial a partir da herança escravista. Busco apresentar os meios pelos quais o colonialismo e o capitalismo têm contribuído para a prática do racismo; relatar a violência que mata e legitima a entrada da polícia nas casas de moradores de áreas depauperadas, a qualquer momento, desumanizando e reforçando, assim, a violência contra os jovens.

Na história de Vitória da Conquista, sabe-se que o primeiro dos extermínios foi o da população indígena nativa, seguido-se o massacre dos negros trazidos do continente africano.

Ainda hoje o extermínio da juventude negra e o reflexo desta colonização estão incrustados na cultura nacional. O racismo é o estruturador da violência provocando desumanização na vida da juventude negra.

Aparentemente, o Brasil é um país pacífico na convivência das raças, mas, na realidade, é um país contraditório, pois, muitas vezes, a força é usada em detrimento do diálogo. Neste sentido, quem tem direito à fala (e ao uso das armas) é o “homem branco”, o Senhor da Casa Grande, a política do coronelismo, que, reforçam no interior baiano, a existência de “duas sociedades” em conflito, cavam um abismo entre dois mundos, que estão constantemente em disputa.

O tratamento que é dado à juventude negra revela o desprezo, a submissão a que ela é submetida. A consciência de ser negro é um processo em construção, que requer o exercício do protagonismo negro, que torna possível a criação de homens novos, como proposto por Fanon (2006; p. 53). Temos, como exemplo, a resistência contra o regime de *apartheid* que fez o jovem Steve Biko, assassinado na África do Sul, proferir “estamos por nossa própria conta”.

No **Capítulo II**, apresento a questão da vida e da morte da juventude negra. Para tanto, faço um mapeamento das políticas públicas e “políticas afirmativas” que pretendem fomentar a construção da auto-estima dessa juventude, uma vez que as políticas atuais têm sido ineficientes e o racismo estruturador da violência contra a vida vigorante.

É importante, também, ressaltar que essa antítese entre a vida e a morte está centrada no coração da segurança pública, pois os próprios policiais que deveriam proteger a população estão envolvidos em muitas das práticas de extermínio. Neste sentido, pretendo fazer não só uma breve análise da situação do jovem negro bem como de suas perspectivas em termos de superação, com ênfase na construção de políticas afirmativas e garantia da cidadania. Procuo, deste modo, apresentar que, em uma cidade, há duas sociedades. Tal demonstração se dará por meio de um breve panorama histórico do povoamento de Vitória da Conquista por bandeirantes e negros, levando em conta o fato de os negros terem, pelo uso de sua força como mão de obra escrava, trabalhado no desenvolvimento do local, lutado contra os colonizadores e sido, paulatinamente, massacrados neste processo.

À luz dessa realidade, questiono ainda quais os impactos da violência na comunidade e na vida dos jovens que sobreviveram aos efeitos das mortes dos seus familiares e amigos. Como contribuir para superar e enfrentar as desigualdades raciais respeitando as diferenças na construção da justiça social? Alguns teóricos que têm se debruçado sobre temas correlatos serão apresentados com a finalidade de ajudar na compreensão sobre o racismo como uma

ação de violência que contribui para a prática do extermínio e está relacionado com a questão histórica, política e econômica.

No Capítulo III, destacarei a política de segurança pública como fator de legitimação da prática do extermínio no contexto enfocado. Diante do modelo injusto desta política, as diversas audiências públicas, denúncias e pesquisas não conseguem fazer diminuir o quadro de mortes envolvendo policiais nas ações violentas e vitimando um número significativo de jovens negros. O sistema de segurança pública é o aparato ideológico necessário para punir os corpos negros, pois, segundo o discurso implícito na prática policial, “é preciso abatê-los”. Os jovens negros na Bahia, em sua maioria, têm sido fruto de um sistema de militarização e criminalização racial. As mortes de jovens em janeiro de 2010, em Vitória da Conquista, foram confirmadas pelo Ministério Público como tendo o envolvimento dos policiais militares, civis e outros. Pela primeira vez a sociedade conquistense admitiu a existência de grupos de extermínio na cidade. Em termos das políticas de Segurança Pública, contudo, o que se tem de concreto na cidade é a construção de um presídio. Por fim, será assinalado o papel de uma mídia que se apresenta articulada ao sistema e que veicula uma imagem do “jovem negro” seguindo um padrão estigmatizado e estigmatizante. São tratados como “perigosos”, “vagabundos”, “bandido”, “ladrões”, “traficantes” e “assaltantes”. Enfim, carregam sobre si uma figura negativa da qual muitos vão querer estar distantes. É preciso lembrar que estes, que são os criminalizados pelo sistema, nunca estiveram nele incluídos. São, por isso, punidos por serem praticantes de capoeira, adeptos do *funk*, do *hip hop* e do samba.

Pretendo trazer algumas reflexões a partir da análise dos depoimentos de familiares, especialistas e jovens da comunidade onde foi observado e construído o trabalho de pesquisa. Não é uma pesquisa quantitativa, mas os gráficos por si só revelam o número desta violência. Escutaremos os diversos discursos produzidos pelos atores envolvidos, analisando pesquisadores, produções intelectuais, jornais, conferências e seminários, debates, acompanhando jovens nos seus questionamentos sobre racismo, violência, extermínio e o que fazer? Por que o ódio e o medo de nós negros? Por que exterminar um “mano” que roubou um tênis? Para mim, foi necessária muita paciência em meio a tanta dor e tristeza, mas eram igualmente necessárias a pesquisa e a contribuição de profissionais comprometidos com os direitos humanos, acreditando que esse poderia ser um trabalho significativo durante os cinco anos que estive trabalhando com a juventude negra e pobre para que os mesmos tivessem um outro caminho a seguir na tomada da consciência que Fanon propõe, na luta pela descolonização do racismo, na garantia das políticas afirmativas para educação e outras áreas.

Esta é uma pequena luz que pode acender e aquecer outros e outras, possibilitando o aprofundamento de temas que indicam um caminho onde a resposta pode surgir, ou seja, um caminho que aponte para dentro da comunidade em que iniciamos o desafio de trabalharmos juntos e juntas.

A partir do desenvolvido nestes capítulos podemos tecer algumas considerações sobre a dialética senhor-escravo, que até hoje perpassa as relações da sociedade brasileira. Esta herança perversa tem prevalecido. Não é por acaso que a maioria dos jovens no sistema penal e os jovens executados são negros. A face cruel do racismo são os presídios superlotados de encarcerados que nunca tiveram cidadania. São diversas as intolerâncias raciais no Brasil, como, por exemplo: atear fogo no índio, agressão às religiões de matrizes africanas, ações de policiais que participam de grupos de extermínio e verbalizam pela madrugada todo o ódio racial quando depara com um jovem negro, a tortura nas prisões sem qualquer condição de reabilitação, escolas sem recursos para atender os desafios de implementar programas para uma educação que leva em considerações a diversidade curricular e as demandas para a comunidade ter uma escola pública de boa qualidade

A conclusão mais importante foi durante as entrevistas com os familiares, principalmente com as mães; elas sabem como o sistema tem sido cruel com seus filhos, o cotidiano de uma vida dura em Vitória da Conquista, não permite a elas ignorar os acontecimentos apesar do sofrimento, elas estão vivas.

A linha de pesquisa formação humana e cidadania me permitiu, através da interdisciplinaridade, perceber que as ações para efetividade dos direitos deste segmento da sociedade deve ser pensada dentro de um contexto maior, não somente o da segurança pública, que não poderá dar respostas fragmentada ou militarizada, mas deve ser um conjunto de políticas que “integram” os jovens negros na sociedade brasileira, e o combate ao racismo é a possibilidade para que aconteça a cidadania. Acredito que não é um problema específico de uma região geográfica apenas, mas é um problema de todo um país. Ou seja, a seletividade do sistema penal passa pela raça, ainda que seu discurso seja outro, ainda que suas leis escritas estejam fundamentadas no princípio da igualdade. A educação, também, tem sido um braço ideológico na consolidação de práticas perversa de exclusão deste segmento negro. O aspecto mais triste é a naturalização de um ambiente que já o destina ao caminho da marginalização, uma vez que as políticas públicas não atendem as suas necessidades e suas especificidades. Os jovens que conseguem terminar o ensino médio trilham o caminho da polícia militar. Temo, então, jovens negros mortos e policial negro executando. Ressalto que

o modelo de segurança pública vigente não dá conta de uma sociedade extremamente desigual, talvez ela apenas assegure a vida da elite brasileira.

Percebo que a juventude negra e pobre deve ser o centro, na formulação de políticas públicas que responda às reais necessidades deste segmento social. Lamento não ter sido possível dar ênfase às experiências positivas que surgiram a partir da resistência comunitária e de especialistas comprometidos com o tema, visto ultrapassar os limites de nosso objetivo central nessa Dissertação mas, mesmo assim, posso sugerir que há um campo de estudos e desafios enormes na construção da cidadania e auto-estima do jovem negro.

1 CAPITALISMO E VIOLÊNCIA NO BRASIL

1.1 Descolonização do racismo segundo Fanon

Neste capítulo o objetivo é fazer uma breve introdução a questão colonial no Brasil. Repensar a colonização americana, a partir da conquista europeia do século XVI, é um imperativo étnico para a compreensão do século XXI. Age como se estivesse estabelecendo uma máxima étnica diferencial para uma comunidade de respeito à diversidade sócio-cultural, eis a nossa nova regra de ação. Não mais o cidadão abstrato, mas o cidadão que traz seu legado cultural, sua história de vida, que expressa no seu rosto as marcas de sua origem social. Dessa forma, pensar não com a idéia de falta, e sim com a de abundância, por sermos diversos.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram os albores da era da produção capitalista. (cf. Marx, 1987, p. 868).

“As barbaridades e as implacáveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que elas conseguem submeter, não encontram paralelo em nenhum período da história universal, em nenhuma raça, por mais feroz, ignorante, cruel e cínica que se tenha revelado” (Howit apud Marx, 1987, p. 69).

A memória da exploração do solo brasileiro nos desafia redescobrir crimes na história de homens e mulheres explorados pelo capital mercantilista. A colônia brasileira explorou mais de 8 milhões de escravos negros, porém ricos de valores culturais vindos do continente africano.

“O modo bárbaro de fazer comércio de negros, aprendê-los e caçá-los em África, de acomodá-los a bordo dos navios como verdadeira carga, aglomerados e em número espantoso em cada navio, o tratamento desumano havido para com eles, quase nus, mortos à fome e de moléstias, e até por batizar, o fato ainda mais desumano e revoltante de serem lançados ao mar ou alijados em ocasião de perigo da navegação ou quando perseguidos os negreiros pelos cruzeiros, as guerras na África por causa do tráfico no intuito de fazer escravo, e outros fatos de igual categoria, indispuerem afinal os espíritos por tal forma, que o tráfico tornou-se objeto repulsivo; a opinião decidiu-se contra ele.” (apud Malheiro, 1976, p. 54)

Este tráfico como objeto repulsivo, conforme relatado por Malheiro, repercutiu, quando de seu fim, na economia brasileira. A extinção deveria levar a outra forma de

organização econômica, social, política e cultural. O capitalismo, a sociedade burguesa, o liberalismo, a inserção cultural do Brasil no mundo “civilizado” eram os alvos indiretos do fim do tráfico e diretos da abolição que, supostamente, se seguiria a este. No entanto, a Abolição e a República, marcos iniciais da história brasileira contemporânea, não passariam de farsa posterior à tragédia genocida dos negros no Brasil. Mesmo antes da abolição, a maioria dos negros já havia conseguido sua liberdade. Por outro lado, políticas de inserção dos negros na sociedade brasileira, que eram exigíveis e exequíveis após decretação em 1888, não foram realizadas ou mesmo cogitadas. A República proclamada em 1889 negava o seu próprio nome. O fato de ter sido um golpe militar, sem participação do “povo”, e se transformar num governo oligárquico cafeeiro e coronelista, demonstram isso. A abolição não conseguiu promover e proteger a vida dos negros brasileiros, estes não foram introduzidos na República. Não existiu preocupação do Estado ou das elites de criar condições de trabalho, moradia, educação, saúde para os novos “libertos”. Restou-lhes o seu próprio esforço, a concretização do ideal liberal de livre iniciativa, nem sequer imaginado pelas nossas elites patrimonialistas, sempre usufruindo do Estado e administrando clientelisticamente o patrimônio público em nome de seu interesse e necessidade de apoios sociais .

O processo de independência brasileira não significou o final da colonização, nem mesmo o processo de “abolição”, não trouxe estruturação para os afro-brasileiro, mas foi o primeiro ato de resistência da luta anti-racismo. A situação do jovem negro nas cidades é uma exigência na agenda na luta por descolonização. Pode-se dizer, de certa forma, que estamos vivendo uma fase neocolonial diferente. Neste sentido Fanon, um militante da área da psiquiatria, engajado na guerra da Argélia, buscava expressar na luta pela descolonização um projeto de uma sociedade mais justa e igualitária. Após quase 50 anos do grito deste jovem, ainda hoje presenciamos a violência entre dois mundo que estão em confrontos, os ricos e pobres, brancos e não-brancos, a busca por Fanon dos desafios da luta por descolonização ainda faz parte da sociedade atual. As estatísticas brasileiras apresenta um quadro, onde há dois mundos em conflitos.

O autor permite uma revisitar a partir da chamada a luta por descolonização um ato de liberdade.

Pensar a descolonização do racismo é pensar o fim da dominação da vida. O conceito de descolonização de Franz Fanon, reflete sobre este processo que deve produzir mudanças, com vista ao nascimento de uma nova sociedade, construída a partir da alteridade. Na concepção do autor, descolonizar é renovar, é buscar uma nova esperança, é a utopia de um novo ser. Segundo Fanon a descolonização é o encontro de duas forças congenitamente

antagonistas, que têm precisamente a sua origem nessa espécie de substantificação que a situação colonial excreta e alimenta. (Fanon 2008, p. 52).

Fanon, não tinha dúvida da importância da descolonização africana, e de como seus efeitos trariam impacto para a diáspora africana. O desequilíbrio da descolonização racial produz novos pensamentos, nova ação, tira os efeitos da secular submissão. Toda ação descolonizadora traz novas perspectivas.

Portanto, para descolonizar o racismo é necessário um movimento que descolonize o pensamento colonizado, sua prática, sua pedagogia de reprodução, seus métodos de opressão. É uma orientação para um novo caminho, de afirmação da diferença, que trará uma nova forma de pensar. Descolonização do racismo é a luta de emancipação e da cidadania plena. O colonizado descobre que “sua vida, sua respiração, os batimentos do seu coração são os mesmos que os do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena”. Isso significa que essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. Toda a segurança nova e revolucionária do colonizado decorre daí. Descolonizar é de encontrar o que não estava revelado. O racismo traz doenças; é uma estrutura de dominação baseada no pressuposto ideológico da existência de uma hierarquia entre as “raças” humanas.

No Brasil, o racismo prende-se às características fenotípicas, como cor da pele e textura de cabelo. É uma espécie do racismo de marca, e não de origem. Em função disso, o racismo brasileiro manifesta-se em gradação, atingido mais as pessoas com um fenótipo mais próximo da ancestralidade africana e matizando as discriminações conforme a aparência se aproxime do fenótipo branco. (Relatório do desenvolvimento humano 2005/Brasil p. 13).

O jovem negro descolonizado sabe o que é a violência racial; não pode ser “mais um” na periferia, mas como está em processo de descolonização, seu questionamento o torna militante, ele sabe que sua responsabilidade é grande. Os conflitos não deixam de existir, mas ele se recusa a ser aniquilado. A luta contra o racismo torna-se uma bandeira inseparável da luta contra a pobreza e contra a violência, pois o racismo já é um ato de violência, e a luta antirracismo já é um ato de recuperação. Portanto, a descolonização, em Fanon, é a exigência de questionamento da situação colonial, demandando uma tomada de posição em relação aos que sofrem as violências. Os negros e os indígenas têm sido violados nos seus direitos básicos. O racismo engendrado na sociedade brasileira os impede de serem sujeitos

O racismo constitui, hoje, uma resposta engendrada a serviço das modernas ideologias de dominação e exclusão, no interior do sistema capitalista de produção e seus desdobramentos, todas em continuidade aos caminhos historicamente reconhecidos, desde as leis abolicionistas, à forma como se realizou o processo de abolição da escravidão nas Américas, o colonialismo, escravismo, monarquia, república, economia exportadora, acentuando-se as dimensões constituintes de um mesmo propósito: excluir como

agentes do processo de construção do sistema produtivo e sistema político, segmentos da sociedade, historicamente considerados periféricos a esse processo e a essa sociedade, gerada e desenvolvida no bojo das contradições. (423, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Seminários regionais preparatórios para conferência mundial – Contra racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata – Brasília 2001)

Compreender o mecanismo de funcionamento do racismo é essencial para entender historicamente a criminalização racial. Como afirma Nilo Batista,

O exercício do poder repressivo nos países colonizados permaneceu sem grandes alternativas até muitas décadas depois da independência, ao amparo de repúblicas oligárquicas que mantiveram as maiorias em condições análogas a servidão. A independência significou muitas vezes apenas a ascensão da limitada classe dos brancos descendentes dos colonizadores. (O inimigo no direito penal, Raúl Zaffaroni, 2007, p. 47-48).

Os problemas enfrentados pela juventude negra em nosso país são os mesmos que são enfrentados em qualquer periferia da diáspora africana. Em 2005, na França, assistimos a implosão da periferia por imigrantes africanos e árabes, que são as vítimas do racismo. Fanon compreendia que o racismo colonial não se diferencia de outro. O racismo desde sempre deve ser banido e aniquilado da sociedade. A criminalização da juventude negra não tem sido por acaso, as drogas tem sido o discurso para justificar a invasão nas comunidades negras e pobres.

1.2 Racismo, tortura e morte violenta do jovem negro

O discurso que se produziu no Brasil sobre “democracia racial” e sobre relações raciais serviu para encobrir o modo como o Brasil tem-se constituído em relação ao racismo. De acordo com Flauzina (2008, p.50),

é interessante observar como o padrão de silenciamento que preside a discussão sobre relações raciais no Brasil não foi capaz de alcançar, em sua radicalidade, o campo penal. Na terra da harmonia das raças, do senso comum ao formalismo acadêmico, circula, há muito, a percepção de que o sistema se dirige preferencialmente ao segmento negro da população. Parece que foi mesmo impossível sufocar a voz e abalar os sentidos quando as massas encarceradas e os corpos caídos estampavam monotonamente o mesmo tom.

Segundo o antropólogo Kabengele Munanga, o racismo é essa tendência a ligar dadas características intelectuais e morais de um grupo a suas características físicas ou biológicas, como sendo suas conseqüências diretas. Munanga nos lembra que a primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação religiosa da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra) (ver Gênesis, 9). Esta seria a primeira origem do racismo.

A segunda origem do racismo, para o autor, seria a classificação empírica da natureza compreendida nos tempos modernos relacionada à da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos). O racismo nasce quando se faz intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamentos. É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das raças em superiores e inferiores.

Para Oracy Nogueira (1998 [1955]; 1985 [1979]; *passim*), os dois principais países do Hemisfério Americano – Brasil e Estados Unidos – guardariam modalidades específicas, tipo-ideal, de relacionamentos entre negros e brancos, como já mencionamos anteriormente. O Brasil portaria uma modalidade de preconceito contra os negros, classificado como *preconceito racial de marca*. Esta modalidade seria diferente do que ocorreria nos EUA, onde o preconceito contra os negros foi classificado como *preconceito racial de origem*. (PAIXÃO, 2005). No Brasil, a aparência do negro sempre foi um fator de discriminação, os heróis e heroínas não são identificados com personagens negros, isso se reflete muito na criança negra que, ao observar tais heróis, nunca se identifica com estes personagens.

A prática das execuções de jovens negros comprova o quanto o país não é capaz de assegurar o mínimo para um existência digna, compondo eles também a maioria dos analfabetos, dos sem tetos, dos que são considerados “violentos”. Este é o racismo institucional, que “confirma um Estado despreparado para tratar os diferentes”, pois como podemos ver no Relatório da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

O Racismo Institucional é o fracasso da instituição e das organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou estereótipos racistas”. Em qualquer caso , o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e demais instituições e organizações (DFID/SEPPPIR/PNUD, 2007, p .3)”.

O racismo institucional tem sido a prática pela qual o Estado criminaliza a juventude negra. Não basta somente legislação para modificar tais práticas. Apresentado por organismo internacional, “O Brasil possui um dos mais altos índices de homicídios entre a população jovem do mundo e, em todos os estados da federação, os jovens negros são as principais vítimas” (Unesco, 2004). Não é possível que diante de uma taxa de homicídio tão alta não haja sensibilidade por parte dos órgãos públicos. Principais vítimas da violência urbana, os jovens negros são objeto de uma política de extermínio. A sensação é que se vive em dois

países, mesmo não tendo aqui havido a “segregação racial” apoiada pelo Estado como nos E.U.A e na África do Sul.

Na Constituição Federal, o Art. 5º dos direitos fundamentais e princípios apresenta que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” Este artigo da nossa legislação assegura a todos o direito à vida, à igualdade e à segurança. Os relatórios de direitos humanos, porém, mostram uma realidade diferente:

O Brasil tem um dos mais elevados índices de homicídios do mundo, com mais de 48.000 pessoas mortas a cada ano. Os assassinatos cometidos por facções, internos, policiais, esquadrões da morte e assassinos contratados são, regularmente, manchetes no Brasil e no mundo. As execuções extrajudiciais e a justiça dos vigilantes contam com o apoio de uma parte significativa da população que teme as elevadas taxas de criminalidade, e percebe que o sistema da justiça criminal é demasiado lento ao processar os criminosos. Muitos políticos, ávidos por agradar um eleitorado amedrontado, falham ao demonstrar a vontade política necessária para refrear as execuções praticadas pela polícia. (Philip Alston da ONU, 2008)

O número dos mortos ultrapassa a quantidade de vários países que estão em guerra. A maioria dessas mortes acontece em comunidades de periferia, este cenário vem migrando para o interior do país com uma intensidade muitas vezes maior que nas cidades com maior concentração populacional. Isso denota uma proporção maior de morte nos pequenos municípios se comparados às grandes metrópoles.

No caso de Vitória da Conquista, desde do final da década de 70, um número grande da população da zona rural migra para as periferias urbanas, uma vez que a própria cidade não oferece infra-estrutura para recebê-los. Tal fenômeno cria um vazio demográfico no campo e aumenta superlotação urbana e, conseqüentemente, a desigualdade, a falta de oportunidade, gerando conflitos sociais e regionais. O artigo 3º da Constituição traz como objetivos fundamentais da República, em seu item III, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais. Esses deveres do Estado têm sido violados constantemente, isso impedindo a efetivação da cidadania.

No que se refere à juventude negra em Vitória da Conquista, as políticas públicas que deveriam suprir as necessidades destes jovens negros não são eficientes e suficientes, e nem planejadas para o atendimento a responder às necessidades deste setor da população. Há grupos que são mais fragilizados que outros, o jovem negro e pobre está sendo o alvo de um estado negligente que abandona a sua própria responsabilidade.

Racismo, tortura e extermínio são as conseqüências desse abandono que resulta no não cumprimento da lei, sem que se promova o bem de todos no que diz respeito a origem, raça,

sexo, cor e idade. (art. 3º item IV). O estado brasileiro até pouco tempo negava a discriminação racial.

Sobre as mortes relatadas dos jovens negros e pobres em Vitória da Conquista, em janeiro de 2010, há fortes indícios e mesmo comprovação de que haviam polícias militares e civis envolvidos. Em reportagem de jornal estadual, o chefe do Ministério Público perguntava quem tinha dado a ordem e liberado as viaturas (Jornal A Tarde 19/02/2010), admitindo que havia sido uma operação desastrosa. Os PM usando fardas e viaturas da corporação, invadiram casas, e executaram pessoas. O Estado, na figura do chefe do Ministério Público estaria assumindo com sua pergunta que a ação havia sido realmente desastrosa, pois estava negando a orientação de proteger a população, visto que não tem apresentado outra política alternativa.

Segundo a socióloga Vilma Reis, o racismo delegou ao povo negro também o papel de sujar as mãos de sangue pelo que os brancos tinham vontade e coragem de fazer (...):

“É mais fácil dizer: por que vocês estão reclamando se a polícia da Bahia é negra? Só que estes são os subalternos. Eles cumprem ordem de superiores brancos em sua maioria. Se está havendo racismo institucional, a máquina que freia o racismo institucional tem chefe, e o chefe não é negro.”(Jornal A Tarde 2007, p. 5)

Justificar que o racista é o próprio negro, mas esquecer que há uma máquina ideológica contra a população negra em pleno funcionamento na contemporaneidade é reforçar ainda mais o racismo.

Por um lado, há uma presença ostensiva da polícia nas comunidades periféricas justificada como ação de guerra contra o tráfico de drogas. Quase todos os dias a grande mídia anuncia a ação da polícia entrando nas comunidades com armas pesadas e prendendo e matando um número significativo de jovens.

Embora nosso estudo não seja sobre tortura, é importante fazermos algumas observações a este respeito. Os relatórios apresentados pela Anistia Internacional, Organização das Nações Unidas e as Comissões Parlamentares de Inquéritos têm verificado e ao mesmo tempo repudiado tais práticas, lembrando a própria Declaração dos Direitos Humanos, em seu artigo 5º: “*Ninguém será submetido à tortura ou qualquer tipo de tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante*”.

Retomando o processo histórico, no caso da população negra, foi a escravidão que legitimou o castigo nos corpos negros nas casas grandes e senzalas. O Brasil, por quase quatro séculos, utilizou a chibata como método de disciplinamento e castigo. Segundo Nilo Batista,

“para os negros escravos, não houve qualquer regra, e os castigos mais cruéis requintadamente cruéis, eram aplicados no âmbito da disciplina privada.” (1990, p. 11)

A tortura é abominável e fere a dignidade da pessoa humana, embora prática cruel e desumana, está presente em vários crimes, mesmo que haja contra ela um repúdio nos tratados internacionais e nacionais.

O Brasil ratificou e aderiu ao protocolo facultativo da Convenção contra a Tortura em 2003. A definição de tortura segundo o direito internacional é a mais aceita no Artigo 1 dessa Convenção:

O termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimento são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. (2004, p. 23)

Esta definição considera três elementos fundamentais para se definir o que seja tortura: 1) a ocorrência de dores ou sofrimento agudos, físicos ou psicológicos; 2) a existência de uma intenção deliberada; 3) o fato de tais dores ou sofrimento serem infligidos por funcionário público ou pessoa no exercício de função pública, ou por sua instigação ou com seu consentimento ou aquiescência.

Os jovens negros, em Vitória da Conquista, muitas vezes relatavam a tortura e humilhação ao serem abordados por policiais; grupos de extermínio, e ou até mesmo quando são forçados a assinarem algum documento para serem criminalizados.

No relato de um jovem de uma comunidade de Vitória da Conquista que foi baleado com 6 tiros pela polícia, no primeiro tiro ele caiu, então um dos policiais pisou no seu pé e ao ver que ele não morrera, deu o segundo, o terceiro e o quarto tiro. Ele fingira-se de morto e foi colocado dentro de uma viatura e levado para o hospital com outro jovem que morrera com um único tiro. O carro policial, segundo ele, ia bem devagar para o serviço de saúde para que chegasse morto ao hospital. Ele relata que, ao perceberem que ele estava vivo, levou mais um tiro dentro da viatura, e outros tiros algumas horas depois. Ao chegar ao hospital, ao ver o médico, o jovem começou a gritar pedindo socorro, acusando os policiais de quererem matá-lo. Então, pelo seu relato, os soldados assustaram-se porque, por mais tentativa de matá-lo, ele conseguiu sobreviver. Ao relatar a tortura que ele sofrera seus olhos apresentavam-se cheios de lágrima. No final, ele revelou todo o seu ódio à polícia. Em 2008, dois anos depois do episódio, o jovem veio a falecer assassinado.

Um outro jovem relata que teve medo de morrer ao ser abordado por policiais, em um final de semana. Ele foi parar no hospital por causa do espancamento de que fora vítima. Seu relato afirma que, nas proximidades de sua residência, ele e seus amigos foram abordados por policiais, que mandaram todos ficarem de joelhos. Dois soldados da CAESG perguntavam insistentemente onde estava a arma, porém eles respondiam que não entendiam do que eles estavam falando, então o jovem e seus amigos foram agredidos pelos policiais, enquanto outros homens da corporação ficavam olhando e rindo. Um dos soldados, pelo relato da vítima, bateu com o cabo da arma na cabeça de um dos jovens, vindo a sangrar. Após vários minutos de espancamento eles os colocaram na carroceria de uma camionete levando-os a uma festa, na qual os policiais perguntaram ao dono do evento “se eram aqueles jovens”. O organizador respondeu que não. Após este momento foram liberados por volta de 03:30 horas da madrugada sem saber do que haviam sido acusados. Os pais os levaram para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMUR, devido aos ferimentos, fraturas nos braços e sangramentos. Este documento foi registrado pelo jovem e sua família e encaminhado ao MP, em 2007.

Os encaminhamentos de denúncias pelas vítimas e familiares, muitas vezes ficam arquivadas, pela falta de provas e testemunhas e, principalmente, pelo medo de perseguição, quando os casos têm policiais envolvidos.

A Convenção contra a Tortura tem alertado para o uso e abuso cometidos em centros correcionais, quanto mais abertas e transparentes quaisquer detenções melhor se evitará a tortura ou qualquer ação desumana. No Brasil, “os assassinatos, as chacinas, o extermínio, os seqüestros, o crime organizado, o tráfico de drogas e as mortes nos trânsito não podem ser consideradas normais, especialmente em um Estado e em uma sociedade que se desejam modernos e democráticos” (SNDH/Brasília, 1998, p. 61).

Tortura seguida de morte faz parte dos relatos de familiares de vítimas de extermínios, perseguição policial ou da divulgação da imagem de um sujeito perigoso. De acordo com o relato de um jovem negro conquistense, ao andar na rua ele percebe que as pessoas têm medo, o vêem como alguém que vai roubar. Isso não é simples porque temos um sistema que nos brutaliza: “As pessoas aqui tem medo da nossa cor; andava na calçada e vinha dois jovens brancos em minha direção, eles estavam com um violão na mão, mais ao me olhar eu senti que eles ficaram com medo, atravessaram a rua e entram em uma rua, eu entrei na mesma rua, eles saíram correndo quando eu olhei, eles estavam longe, eu percebi que o medo era da minha imagem” .

Um outro jovem relata que um dia, às duas horas da tarde, a viatura da polícia o parou com um amigo e os fizeram colocar a mão para cima e começaram a revistá-los, a questão não era a revista, mas a forma e a brutalidade com que eles os interpelavam, “Eu me senti humilhado como se fosse bandido, será que se fosse um jovem branco ele faria isso? nossa auto-estima fica prejudicada. A comunidade aplaude a ação policial, a gente se sente sozinho”, finaliza o relato.

Na escola, isso é produzido de outra forma, “as professoras têm medo da gente, elas pensam que por que moramos em uma comunidade pobre e de maioria negra somos ‘bandido’”. Assim vão sendo as histórias narradas por jovens negros. A definição de extermínio não é somente a execução sumária, mas também um processo de morte que vai gerando um estado de rejeição. O preconceito vivido pelos jovens que cantam *rap* e participam do movimento *hip hop* foi sendo naturalizado, somando-se aos outros preconceitos a esses culturais. No imaginário coletivo da população, o jovem negro representa o estereótipo do bandido.

Para Vera Malaguti,

a difusão de imagens do terror produz políticas violentas de controle social. As estruturas jurídico-policiais fundadas no nosso processo civilizatório nunca se desestruturaram, nem se atenuam (...) É como se a memória do medo milimetricamente trabalhada, construiu uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes. É como torturadores estivessem sempre a postos, prontos para entrar em cena e limpar o jardim. (2003, p. 105)

Neste contexto, vai se consolidando a cultura do extermínio, que não é uma prática nova, quanto à existência de policiais militares e civis envolvidos na execução sumária de jovens negros e pobres, e o que assusta é o silêncio das autoridades governantes que não admite que por traz desta ação o racismo está incrustado na ação institucional dos envolvidos e em sua formação de que há um sujeito perigoso a ser abatido.

A CPI do Extermínio no Nordeste (2005) relata que a execução sumária é a prática utilizada por grupos de extermínio formados por agentes públicos e privados. Um dado preocupante apontado pela CPI revela que no Brasil 80% dos crimes promovidos pelos grupos de extermínio têm a participação de policiais ou ex-policiais.⁵

Percebe-se que a migração da violência para as pequenas cidades tem contribuído para o aumento da ação destes grupos nas últimas décadas. A impunidade e a conivência de setores da sociedade que legitimam a atuação de organizações de combate ao crime e que “limpam” a

⁵<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/encerradas.html/cpiextermínio/relatoriofinalaprovado.html>

sociedade matando aqueles que são considerados “perigosos”, é outra causa relacionada com este aumento. Os grupos de extermínios não estão sozinhos, muitas vezes estão ligados aos comerciantes que contratam seus serviços com a finalidade de proteger seus negócios. O extermínio virou uma indústria rendosa, mas os jovens estão dizendo que não dá mais para continuar morrendo.

1.3 A seletividade do sistema punitivo e do sistema educacional.

Segundo Darcy Ribeiro:

“o Brasil, no seu fazimento, gastou cerca de 12 milhões de negros, desgastados como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui e de tudo que aqui se edificou. Ao fim do período colonial, constituía uma das maiores massas negras do mundo moderno, sua abolição, a mais tardia da história, foi a causa principal da queda do Império e da proclamação da República. Mas a classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornara excedente e exportável a baixo preço”.(2000, p. 220-221).

As mudanças ocorridas no período pós-abolição mais uma vez não aconteceram na vida dos negros. Ribeiro sintetiza: “a nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construía. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência” (2000; p.222). Ou seja, nenhuma ação ou política pública foi feita para organizar e promover a cidadania dos ex-escravos

Logo no início do Império, o Código Criminal de 1830, apesar de ser considerado “avançado” para a sua época, por prever garantias legais, tais garantias, no entanto, se referem basicamente à população livre. Para os cativos, será um instrumento legal para a prática de penas e tratamentos cruéis. Conforme os artigos 14 e 60:

Art. 14, §6. É justificável o mal cometido no castigo moderado aplicado pelo senhor ao escravo, ou o que dele resultar.

Art. 60. Se o réu for escravo, e incorrer em pena que não seja capital ou de galés, será condenado na de açoites e, depois de os sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz o designar.

Este cenário começa a se modificar somente a partir de meados do Império, quando a Inglaterra aumenta a pressão sobre o Brasil para proibir o tráfico marítimo de escravos. É neste contexto que Dieter afirma,

“Mesmo diante de toda a pressão internacional e da “Bill Aberdeen”, o desembarque de escravos persistiu até 1850, ano da promulgação da lei Eusébio de Queirós⁶, que liquidou definitivamente com o tráfico

⁶Apesar do tratado com a Inglaterra em 1826, somente em 7 de novembro de 1831 foi promulgada lei que previa a criminalização do tráfico de escravos. No entanto, diante da inoperância do governo brasileiro e face a urgência inglesa, o

Como as ameaças inglesas não cessaram, o parlamento imperial, temendo ver os portos brasileiros fechados em retaliação ao não cumprimento do acordo de 1826 e ciente de que a frota naval inglesa estava autorizada, pelo Bill Aberden, a prender os navios negreiros portugueses e, caso houvesse resistência, a bombardeá-los e naufragá-los, votou, em setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queirós, que proibia e reprimia o tráfico de cativos. Em 1871 foi proclamada a Lei do Ventre Livre ou Rio Branco, declarando livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data e oficializando a compra da alforria pelo escravo”. (2007; p.5-6)

A lei Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários, de 1885, concedeu liberdade aos escravos acima de sessenta e cinco anos. Esta lei quase não tinha efeitos porque poucos negros chegavam à idade de 65 anos e os que chegavam não conseguiam trabalho, acabando por tornar-se mendigos. Foi a partir deste contexto que foi montado o arcabouço para a assinatura da lei de 13 de maio de 1888 que resultou na abolição da escravatura e o advento da República.

Considerando-se o período pós-abolição, o contexto republicano e suas diversas legislações penais, observamos a persistência de um modelo de punibilidade e criminalização no sistema jurídico brasileiro que, não obstante as alterações e as reformas, não sofreram modificações estruturais significativas. Segundo o jurista Raúl Zaffaroni:

“Todas as sociedades contemporâneas que institucionalizam ou formalizam o poder (Estado) selecionam um reduzido número de pessoas que submetem à sua coação com o fim de impor-lhes uma pena. Esta seleção penalizante se chama criminalização e não se leva a cabo por acaso, mas como resultado da gestão de um conjunto de agências que formam o chamado sistema penal.”(2006, p. 43)

Partindo desta premissa, a engrenagem do poder penal brasileiro tem sido objeto da crítica quando seleciona um grupo específico a ser penalizado. Muitos estudiosos do direito crítico sustentam a posição de que não há estados de direito reais (históricos) perfeitos, mas apenas estados de direito que contêm (mais ou menos eficientemente) os estados de polícia (idem).

Esta seletividade permite que os grupos mais vulneráveis da sociedade sejam mais penalizados. Segundo Flauzina, “A resposta às práticas criminais não está vinculada à danosidade do ato, mas à qualidade dos indivíduos que cometem os delitos” (2008, p. 31).

Em Vitória da Conquista, é sobre os jovens pobres e negros que se exerce a punição concreta que, conforme Zaffaroni consolidaria a criminalização secundária:

“A criminalização secundária é a ação punitiva (...) que acontece quando as agências policiais detectam uma pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado

“Aberden Act” concede jurisdição aos tribunais do Almirantado da Inglaterra para punir os navios negreiros, sejam eles capturados em águas internacionais ou territoriais brasileiras. Somente com a lei Eusébio de Queiroz, de 1850, encerra-se o período do tráfico.

primariamente⁷, a investigam, em alguns casos privam-na de sua liberdade de ir e vir, (...); no processo, discute-se publicamente se esse acusado praticou aquela ação e, em caso afirmativo, autoriza-se a imposição de uma pena de certa magnitude que, no caso de privação da liberdade de ir e vir da pessoa, será executada por uma agência penitenciária (prisionização)”.

As situações as mais banais tem possibilitado a criminalização dos jovens. De simples suspeito de praticar determinados delitos ou, mesmo sendo afirmativo, o acusado recebe uma pena que o mantém em privação da liberdade de ir e vir. Muitos ficam, inclusive, detidos, à espera de julgamento.

Segundo Flauzina, “os códigos sociais mais elementares na estigmatização dos indivíduos - dos excessos caricatos da Polícia à austeridade do Ministério Público e do Judiciário -, a clientela do sistema penal vai sendo regulamente construída de maneira tão homogênea e harmônica que de nada poderíamos suspeitar. Sempre os mesmos pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo”.(2008,p. 33). Para Foucault, “A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias conseqüências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já não é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor.”(2007, p. 13).

A violência “invisível” do Estado, construído na “harmonia” das raças, impõe vendas nos olhos, no país do carnaval, mas o sistema penal sabe quem deve selecionar para ser punido. Em uma experiência, na escola pública de Vitória da Conquista, os alunos usam “fardas” para ter acesso as dependências da escola, um grupo resolveu não vestir o fardamento e foi impedido de entrar na escola pela coordenação noturna. Os alunos resolveram apedrejar a escola por causa do impedimento da entrada dos mesmos no espaço escolar, mas a questão ficou mais grave quando a coordenação resolveu chamar a polícia. Um aluno, ao ver os policiais, fez o seguinte comentário: “não é fácil, porque eles vão marcar nosso rosto e à noite vão à comunidade e nos espancam, mesmo quem não fez nada. Estão esperando uma oportunidade para fazer isso”. Eles estão de mãos atadas.

⁷ Pela ação do Legislativo, que faz as leis.

Segundo Flauzina, “os sistemas escolar e penal operam com metodologia muito próxima, cumprindo ambos a função precípua de garantir as assimetrias sociais. A exemplo o que ocorre no âmbito do controle penal, o espaço da escola também tende a criar padrões hierarquizados, distribuindo prestígio (reconhecimento intelectual, acesso aos círculos acadêmicos) aos indivíduos das classes dominantes (operadores do direito) e sanções (reprovações, inserção em escolas de baixa qualidade) aos segmentos vulneráveis. Sendo, portanto, um espaço fundamental para marginalização social. (2008, p. 125). Foucault apresenta a vigilância hierárquica como exercício da disciplina, ao afirmar “a essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal”(2007, p. 149).

Retornando ao acontecimento na escola noturna de Vitória da Conquista, no ano seguinte ao acontecimento, a escola foi fechada, sendo uma das alegações a violência. O que se percebia, naquele período, foi o medo espalhado entre os profissionais da educação em relação aos alunos mas, também, a estrutura física escolar foi considerada inadequada, para uma escola que com mais de 1.000 alunos, de acordo com o relato da diretora em 2003. Segundo informações da escola, a maioria dos alunos deste estabelecimento era oriundo do bairro considerado o mais “violento”, onde teria se iniciado “a primeira gangue” da cidade.

Não é por acaso a ocorrência de um número significativo de “evasão” escolar neste grupo de jovens. Os jovens que frequentam as escolas de periferia são também o grupo de jovens onde ocorre o maior número de homicídio. Como podemos demonstrar no gráfico abaixo:

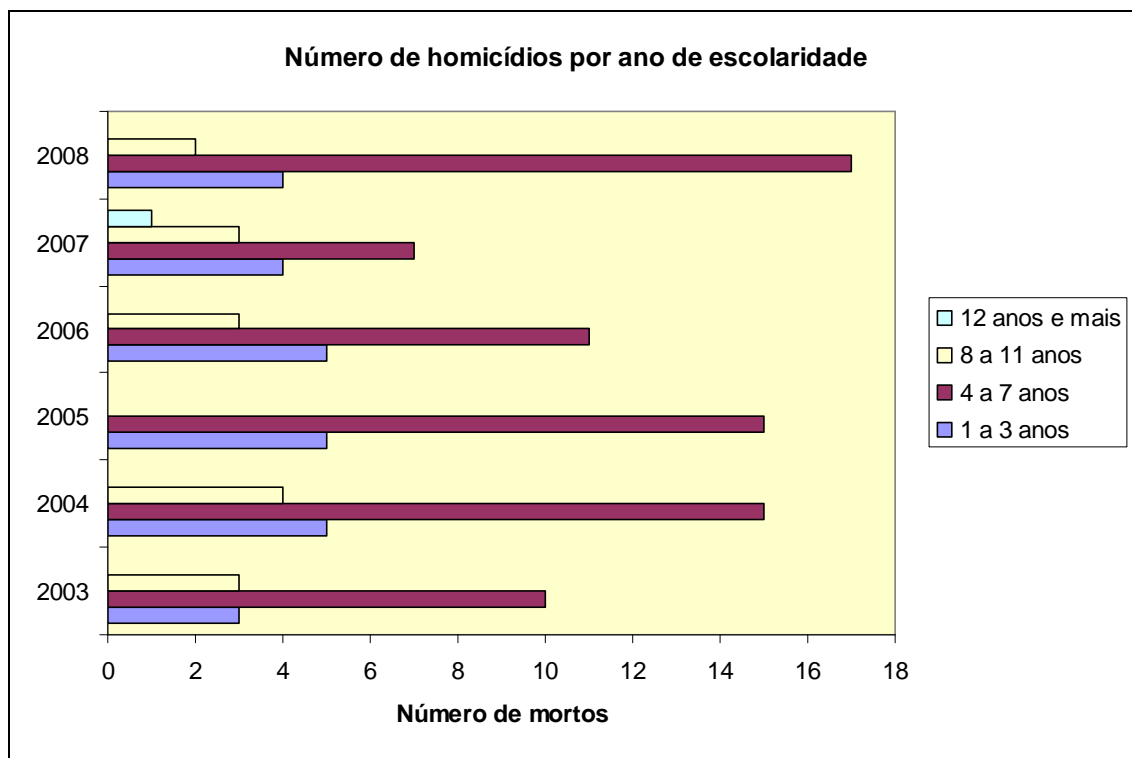


Gráfico 2 - Número de homicídios por causa externa de jovens em Vitória da Conquista/BA por ano de escolaridade.

Fonte de dados: SESAB/DIS/SIM atualização 03/09/2010 www.saude.ba.gov.br/dis (adaptado por Suzete de Paiva Lima)

Observa-se que em cada ano houve um aumento dos homicídios de 2003-2007, e que as vítimas destes homicídios alcança no mínimo 7 anos de escolaridade em escola pública, que apresenta dificuldades tanto em sua estrutura física como humana, com professores mal remunerados e pouco preparados para receberem alunos com problemas de indisciplinas, falta de interesse pelos conteúdos adotados, trazendo problemáticas as mais variadas possíveis. Assim, o grau de escolaridade está ligada à situação social do jovem. Um aluno que frequenta a escola durante 7 anos, em média, não terminou o ensino fundamental. Isso inside também na ocupação que podem vir ocupar no mercado do trabalho. De acordo com o IBGE, em 2009, trabalhadores pretos e pardos ganhavam, em média, 40% menos que trabalhadores de cor branca, mesmo tendo o mesmo nível de escolaridade. Em todas as faixas de escolaridade, a renda por hora de pretos e pardos é pelo menos 20% inferior à dos brancos. De acordo com os dados, os pretos e pardos são minoria entre a parcela mais rica da população. Em 2009, essas famílias compunham 16% entre 1% mais ricos. Em 1999, essa fatia era ainda menor, de 9,1%.

Diante de tais constatações é necessário repensar como em Vitória da Conquista, tem se constituído a relação dos órgãos operadores do sistema penal com a juventude negra e pobre. O que tem sido feito para enfrentar a triste realidade dos homicídios e reverter a ação

violenta do aparelho repressivo. Como a escola poderia contribuir para reveter a triste realidade na taxa de homicídio, elevando a escolaridade dos alunos?

Os efeitos do sistema penal têm desdobramento não somente no jovem negro mas em toda a comunidade e familiares, que são vítimas brutalizadas pelo sistema penal. A metodologia em larga escala que mata o jovem negro hoje é a mesma que operou na sociedade escravista. De acordo com Flauzina, “uma criminologia que não dê conta de nossas relações raciais não está minimamente municiada para compreender o sistema penal. Segundo ela o racismo é lente privilegiada para se enxergar os nossos sistemas penais ao longo de todo o processo histórico.”(2008)

1.4. A consciência de ser negro: “estamos por nossa própria conta”.

A história do jovem negro não está dissociada do seu passado, não está dissociada da escravidão negra, não está dissociada das injustiças cometidas com milhões de africanos que aqui foram explorados e subjugados, reduzidos a coisas.

Na condição de coisas, os negros eram as grandes vítimas do sistema escravagista. Eles eram comercializados como se não tivessem valor algum, privado de direitos. O escravo não era pessoa, não era concebido como um ser racional. Ele não se pertencia. No Brasil, o pensamento de Nina Rodrigues foi dominante no pós-abolição, no final do século XIX e início do XX. No pensamento de Nina Rodrigues, o germe da criminalidade era fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento e pela impulsividade dominante das “raças inferiores”.

De acordo com Darcy Ribeiro (2000, p. 113), os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana (...), distingue, quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba – O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, os Peuhl, os Mandinga e os Haussa do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros malês e no Rio de Janeiro como negros alufá e o terceiro grupo eram integrados por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, proveniente da área hoje compreendida pela Angola e a contra Costa, hoje território de Moçambique.

Nesta Dissertação, estou me perguntando qual o motivo da escolha do tema em pauta. Não me coloco e nem devo pensar que este não é um problema meu, não! Não! Esta história eu assumo, desde a minha militância: falar de um lugar, onde nasci e estou mão a mão com a juventude negra que tem sido vítima de inúmeras violências e execuções sumárias. Sei que

muitos neste país estão, neste momento, dizendo: Pare de matar nossos filhos, irmãos e companheiros!

“Estamos por nossa própria conta”, assim continua a história da juventude negra, nos rincões deste país. Vamos, juventude negra, temos trabalho demais para não morrer, para lutar e dizer que a vida deve ser preservada. O Brasil, hoje, está diante de uma questão: tentar resolver os problemas para os quais ainda não deu solução.

A provocação de dois jovens negros Fanon e Steve Biko, que morreram também na luta, porque entendia a urgência histórica do combate ao racismo, os fizeram símbolos da esperança para as gerações jovens. Nos comprometemos, na Organização Não Governamental Griot, à superação através da Educação. Isso nos fez mobilizar jovens na efetivação dos direitos à cidadania. A mudança iniciou-se com arte-educação, para a construção de auto-estima. A leitura, como busca de informação e a cultura, como resistência motivadora para falar de nós mesmos.

2 VIDA E MORTE DA JUVENTUDE NEGRA

2.1 Vitória da Conquista, 29 de janeiro de 2010: Um episódio de violência e racismo e a forças das mulheres.

Durante a elaboração desta Dissertação, 14 jovens foram executados 3 foram dados como desaparecidos, na cidade baiana de Vitória da Conquista. Essas mortes ocorreram nos dias 29 a 30 de janeiro de 2010, confirmando, infelizmente, a situação que tínhamos nos proposto a estudar. Na madrugada de 29 de janeiro de 2010, diversas casas do bairro Alto Maron, Alto da Colina, Pedrinhas de Vitória da Conquista teriam sido invadidas por policiais militares e civis. Jovens foram espancados e mortos sob os olhos perplexos de familiares e vizinhos, dentre os quais se encontravam crianças, que ali ficaram marejadas de lágrimas e assustadas. Entre as vítimas, adolescentes na idade entre 14 e 17 anos. A versão de policiais é que se tratava de bandidos perigosos. Ao longo do dia, as informações eram davam conta de mortos em vários lugares da cidade. Viaturas da polícia passaram o dia fazendo investidas nas casas das vítimas, segundo relatos de moradores. A brutalidade com a qual a polícia teria invadido as casas foi o que mais chocou a cidade, conforme notícia: “em busca de vingança, PMs invadem casas em vários bairros da periferia. Doze pessoas foram mortas e três estão desaparecidas” (Jornal A tarde:2010).

Nos dias seguintes, a imprensa não noticiou mais nada a respeito dessas mortes. Os familiares estavam enlutados e, em vários lugares, circulavam rumores da existência de

“mais um morto”. O ocorrido não podia ser explicado. Familiares das vítimas procuravam seus filhos no IML, Distrito Integrado de Segurança Pública - Disepe e presídio, juntamente com amigos. Os próprios membros das famílias e amigos iniciaram uma busca nos matagais, pelas pessoas cujas casas haviam sido invadidas pela polícia. Outros, iam aos hospitais da cidade. As horas iam passando e nenhuma notícia. Após o enterro de um, notícias de que outros jovens haviam sido assassinados. Somente no domingo, dia 31 de janeiro, foi confirmado como sendo 14 o número de mortos.

Muitas mães foram até o Ministério Público, na segunda-feira, para denunciar o que havia se passado naquele final de semana, nos bairros periféricos. Essas mulheres corajosas, mesmo enlutadas e tomadas pela dor, foram exigir os corpos de seus filhos e iniciaram uma série de relatos dizendo que policiais civis e militares, encapuzados, haviam invadido diversas residências e apanhado seus filhos. Muitos já estavam deitados(nas casas onde dormiam os adolescente e sua família). “A peregrinação dos pais parentes dos desaparecidos extrapola os limites geográficos de Conquista (...) os pais acusam homens com farda da Polícia Militar pela invasão das casas e seqüestros dos jovens”(Jornal A Tarde 10/02/010). Nos relatos, uma das mães dizia que o filho foi executado no colo dela e como prova ela pegou o vestido sujo de sangue e guardou como prova do ocorrido. Tamanha foi a perplexidade diante de tanto choro e corpos em diversas ruas.. Em um dos registros de óbito a causa da morte foi dada como sendo: “choque hemorrágico e lesões encefálicas projetéis de arma de fogo”.(Óbito: 2010)

Os jornais locais, quando noticiavam o fato, era de modo bastante superficial. Mas os familiares continuaram procurando os desaparecidos e no final da tarde de sábado foi confirmado que os corpos de dois jovens, jogados em um matagal, haviam sido encontrados por moradores que os buscavam. Assim também, na segunda feira seguinte aos fatos, outro corpo, de um adolescente, foi encontrado. Familiares, diversos amigos dos mesmos e pessoas ligadas aos movimentos sociais iniciaram um movimento para cobrar ações do poder local e justiça.

A Igreja católica São Miguel Arcanjos servia como ponto de apoio das mães que ali se reuniam com lágrimas nos olhos. Muitas delas entenderam que era necessário denunciar o ocorrido. Não bastassem as execuções, alguns corpos apresentavam também marcas de tortura. Os relatos eram de que, antes dos jovens serem levados, foram humilhados, espancados e pisoteados diante de suas mães, esposas, filhos e pais. Quando tinham passagem pela delegacia tornavam-se alvo principal da perseguição.

A partir desse episódio, veio à tona o caráter bárbaro de práticas já consolidadas na ação policial dentro da periferia. As mães acusavam policiais pelos crimes e, na quarta-feira de Cinzas foi anunciada uma força tarefa do Ministério Público Estadual da Bahia, para apurar o caso. A despeito disto, os populares emitiam suas opiniões, manifestando diferentes posicionamentos. Alguns diziam que “bandidos tinham mesmo que morrer”, ao se referirem aos jovens chacinados. Outros, opondo-se a execução sumária e ilegal, reafirmavam a necessidade de prisão se fosse o caso, negando legitimidade e apoio à ação policial. Os familiares reafirmavam o compromisso de depor contra “a barbárie ímpar”, ocorrida na Bahia. A população que se opunha à barbárie iria realizar uma passeata no dia 26/02/2010, em Vitória da Conquista. No entanto, no dia 25/02/2010, policiais, seus familiares e apoiadores, cientes da organização desta passeata, anteciparam-se e realizaram uma outra passeata, como forma de reação.

Após o Ministério Público Federal ter criado uma força-tarefa para apuração do envolvimento de policiais nas mortes, ficou evidente que havia a necessidade de exames periciais, a fim de verificar a culpabilidade dos envolvidos nos inúmeros casos. Dada a evidência da inconsistência de muitos laudos periciais, a primeira ação da equipe do Ministério Público Estadual foi exigir a exumação dos corpos das vítimas. O Estado assumiu que havia necessidade de análise balística para ajudar a elucidar os fatos. Iniciou-se aí uma luz no fim do túnel para os familiares, ansiosos pela elucidação dos fatos e por justiça. As primeiras decisões foram: a exumação de uma das vítimas de 14 anos, a ser transferida para o Departamento de Polícia Técnica de Salvador (DPT) e o depoimento de familiares e testemunhas. Um grupo de Policiais Civis do Grupo de Apoio Tático (GAT) ficou responsável pela segurança no local da exumação e também durante o depoimento das testemunhas.

Essa onda de violência na cidade fez com que setores da comunidade exigissem investigações e punições aos responsáveis. O chamado à passeata, pela mobilização dos familiares, dizia “Pela vida, contra a violência. Justiça Já”, pois a violência causara um impacto na rotina dos moradores, que estavam sob efeito do medo e da insegurança, principalmente nas comunidades pobres, onde “encapuzados” agiam nas madrugadas invadindo casas, seqüestrando, torturando e assassinando pessoas, segundo os relatos.

Por outro lado, um dos cartazes da passeata da corporação policial, no dia 25/02, afirmava: “direitos humanos só para os bandidos”; o que explicitava uma pressão contra as apurações do MPE. A cidade, durante a manifestação policial, ficou sem policiamento, tendo

esta estratégia sido usada como forma de oposição à investigação que estava sendo feita e à tentativa de criar dúvidas na comunidade.

Na passeata do dia 26/02, estavam presentes representantes de diversos setores da comunidade: OAB, Igreja (o arcebispo, párocos, as pastorais sociais), famílias (mães, filhos...), instituições de ensino (estudantes), professores e comunidade em geral que foram ao ato reiterar sua posição diante do caráter bárbaro do episódio ocorrido na madrugada de 28/01/10.

Segundo os depoimentos das mães e demais testemunhas, alguns policiais tiraram o capuz diante das vítimas, não se dando o trabalho de se esconderem. Segundo relatos de testemunhas (mães, familiares, vizinhos, irmãos), os policiais chegaram em grupo em uma camionete, trajando farda ou não, sendo reconhecidos pelas vítimas e familiares, principalmente mães, avós e outros. As testemunhas também denunciavam a existência de uma rede de aparelhamento e funcionamento de grupos de extermínio em Vitória da Conquista. Pessoas consideradas “de bem”, “respeitáveis cidadãos”, sustentariam e seriam coniventes com episódios de violência na cidade. Ao iniciar as investigações, uma série de ameaças e intimidações foi recebida pelos familiares das vítimas. No entanto, o desejo de justiça dos familiares fez quebrar o silêncio, principalmente das mães dos desaparecidos. Mesmo não tendo esperança de encontrar seus filhos vivos, elas diziam ter o direito de enterrá-los e suplicaram com veemência ao menos o direito de enterrá-los.

A primeira reunião para os preparativos da passeata foi feita em uma paróquia. Nesta ocasião, os relatos das mães foram muito vivos, as lágrimas desciam em seus rostos ao relatarem com tristeza as matanças. Apesar disso, decidiram como seria a passeata e os encaminhamentos para a organização. Esforços foram feitos para objetivar a reunião de preparação do protesto pela justiça e pela paz. Presentes estavam a pastoral carcerária e mais de 15 mães. As propostas das mães foram de levarem uma rosa durante a passeata para representar os seus filhos, vestindo camisetas e levando cartazes com mensagens de paz e justiça. Outra reunião foi marcada para o dia 25 de fevereiro, com vista a acertar detalhes da passeata do dia seguinte. Nesta mesma tarde, as mães receberam os coordenadores da campanha, “Reaja ou será morto, reaja ou será morta!” Que vieram de Salvador para prestar solidariedade e entender os acontecimentos das últimas semanas.

Mesmo em meio a tanta dor e sofrimento, avançou-se na organização da passeata. A força daquelas mães impressionava porque não havia nenhum temor, nenhuma lei do silêncio a obedecer. Pelos filhos elas estariam dispostas a dar a vida. Uma reunião em meio a lágrimas de mães e familiares, mas de intenso trabalho para a manifestação.

2.2 Situação da juventude negra: direitos humanos e cidadania.

De acordo com dados da Fundação Perseu Abramo, os jovens negros chegam a 16 milhões no Brasil. Estes jovens devem receber maior atenção na elaboração de políticas públicas, já que os dados apontam para a existência de uma grande desigualdade socioeconômica e pouco acesso às oportunidades de lazer, serviços de educação e saúde, trabalho digno, dentre outros. Para Vera Malaguti Batista, cada vez que o povo brasileiro, nascido dos escombros das civilizações indígenas e africanas,

“vai avançar no sentido do seu protagonismo, é produzido um medo branco, que serve para adiar as nossas revoluções. Esse medo é aumentado e manipulado, como medo da segurança pública. Ele é sempre produzido pelas elites para manter uma hierarquia social muito cruel. E para legitimar o extermínio do povo brasileiro” (2008, p. 19).

Com base na quantidade de jovens mortos e na forma violenta como eles morrem, alguns estudiosos dizem estarmos vivendo uma verdadeira “guerra civil”. A Organização Mundial da Saúde define violência como sendo “o uso intencional de força ou de poder físico, na forma real ou de ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação”.⁸

O corpo negro sempre foi marcado com a violência do Estado brasileiro. Isto está exemplificado pelo sangue do jovem negro no chão, como mostra o relato da mãe de uma das vítimas:

Quando cheguei ao IML, com uma colega, meu marido já estava lá. Eram nove da manhã. Não tive coragem de entrar, estava muito nervosa. Minha colega e meu marido demoraram uns 40 minutos lá dentro. Quando saíram, ele estava de cabeça baixa; ela chorava muito. Comecei a gritar: “assassino! Assassino! Assassino!, e desmaiei.”(2009, p. 86).“Quando cheguei ao IML, com uma colega, meu marido já estava.”

As cenas se multiplicam nos IML, a todo o momento, e, no entanto, a realidade de Vitória da Conquista não difere das grandes capitais do país. O episódio de 29 de janeiro só veio confirmar que há um aumento da violência nos últimos anos migrando para as cidades do interior.

O preconceito racial e a violência não são realidades separadas, sendo o racismo um ato de violência. A propósito, a movimentação de organizações negras tem destacado que é preciso agir urgentemente para a superação do racismo. Neste sentido, a garantia dos direitos

⁸ World Health Organization (WHO), 2002. *World report on violence and health Geneva: who*. Relatório da OMS 2002, disponível no site: <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>

e do protagonismo da juventude negra, garantido na Constituição Federal de 1988, não tem se efetivado. Segundo Milton Santos,

o respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da força de se ver respeitada contra a força, em qualquer circunstância. ([1987] 2007, p. 19).

A garantia e o respeito aos direitos é o que faz surgir o cidadão, protagonista de sua própria vida, coletivamente construída. Para Clarice Cohn (2005), rever a sociedade implica rever também o papel do indivíduo dentro dela, uma vez que este não é um mero receptáculo de papéis e funções. Os indivíduos são atores sociais, não para serem intérpretes de um papel que não criaram, mas para criarem seus papéis enquanto vivem suas vidas em sociedade.

Neste sentido e diante do quadro de violência contra indígenas, africanos e trabalhadores pobres, existente no Brasil desde o período colonial, que perspectiva as crianças e os adolescentes negros e pobres percorrem para garantir à vida? Que caminhos buscam para efetivar a sua cidadania? Como a juventude negra espera ser reconhecida enquanto sujeito se o racismo a torna refém?

Irene Rizzini (2008) estudou as raízes históricas das políticas públicas assistenciais dirigidas à a infância pobre no Brasil. No livro *O século perdido*, apresenta o significado social de que foi revestida a infância pobre na passagem da Monarquia para a República. Se, por um lado, representava a esperança – o futuro da nação – devendo ser educada ou retirada do seu meio para ser reeducada e se tornar útil à sociedade, por outro lado, também representava ameaça, descobriam-se, na alma infantil, principalmente das crianças pobres, elementos de crueldade e perversão, passando a ser representada tanto como carente e abandonada como delinqüente.

Para a autora, esta é uma visão ambígua em relação à criança. O discurso do final do século XIX e início do século XX de que “salvar a criança era salvar a nação” representava a visão dos nossos reformadores e, ao investir na criança, a esperança era futura, e não presente. Rizzini considera que a idéia de “Salvação de criança” foi construída com base em duas vertentes: a utilização do conceito de salvação da alma como uma necessidade percebida em relação à criança por volta do século XVI e o entendimento da idéia de salvar a criança como objeto central da ação filantrópica destinada à infância a partir do século XIX. Segundo ela, tais vertentes foram herdadas dos contextos europeus e americanos, servindo para balizar a chamada “cruzada pela infância” ou “causa da criança no Brasil”.

De acordo com Edson Passetti, esta ambivalência sempre esteve presente no seio da sociedade brasileira (In Del Priore, 2006). A falta de acesso a bens e à um vida digna,

decorrente do fato de que o projeto republicano não visou a construção da igualdade, propondo uma inclusão subalternizada para os ex escravos e as classes menos favorecidas e construindo, para a infância pobre, uma legislação especial: o Código de Menores, de 1927, que possibilitava destiná-las ao trabalho precoce.

Segundo diversos autores, entre os quais José de Souza Martins (2008, p. 11), nosso descompasso vem desde a negação dos primeiros habitantes desta terra. O Brasil foi pensado de fora para dentro, do alto para baixo, estando as elites comprometidas prioritariamente com o capital internacional. Os projetos e perspectivas para as crianças e adolescentes brasileiras, sejam de qualquer camada, em uma sociedade de classe e de diversas etnias, não existe sem antes discutir a especificidade dos grupos que fazem parte do país.

A antítese “vida e morte” traz para o centro da pesquisa a reflexão dos direitos humanos e a efetivação da cidadania do jovem negro. Embora seja a 8ª maior economia, o Brasil continua sendo um dos mais desiguais em relação à distribuição de renda. Consta-se a existência de milhares de pessoas vivendo na pobreza, além de vivenciarem elevado grau de violência, conforme o estudo das mortes em Vitória da Conquista.

A luta pela vida do jovem negro e jovens pobres, em geral, necessita ser prioridade na discussão dos direitos humanos. O encontro nacional de juventude negra, em 2007, trouxe o genocídio do jovem negro como eixo central de toda a discussão, justamente porque ainda hoje não temos uma ação governamental eficaz para resolver o problema. Segundo Marildo Menegat, “os direitos humanos fazem parte da imagem que a sociedade burguesa tem de si; contudo, o Homem proclamado é um ser abstrato inexistente, pois aquilo que pode ser qualquer um pode muito bem ser mais uns do que outros” (2009, p. 32).

Os direitos humanos não são simplesmente uma agenda de acordos ou tratados inscritos na lei, proclamados por signatários de convenções. Acima de qualquer acordo devem estar os princípios que asseguram a vida humana. Uma sociedade emancipada não precisa de direitos humanos, por si só ela emancipou da barbárie e seus direitos já estão resguardados. Como escrito por Martins (ibidem 2008), não mais um cidadão fictício em massas de manobras, mas efetivação da cidadania.

No Brasil, a temática dos direitos humanos ainda desperta muita interpretação equivocada. Em Vitória da Conquista, a passeata do dia 25 de fevereiro de 2010, convocada pelos policiais civis e militares em protesto à prisão de policiais por suspeita de envolvimento nas mortes e desaparecimentos dos adolescentes no episódio de 29 de janeiro do mesmo ano, via-se cartazes com palavras: “direitos humanos para bandidos.”

Essa era uma reação, por entender que a defesa dos direitos humanos significa defender “bandidos”. Segundo a socióloga Maria Victória M. Benevides (2004)

é justamente nos países que mais violam os direitos humanos, nas sociedades mais marcadas por discriminação, preconceitos e pelas mais variadas formas de racismo e intolerância, que a idéia permanece ambígua e deturpada. Daí que no Brasil seja extremamente importante situar os direitos humanos no seu lugar.

Quantos às violações e mortes ocorridas na cidade de Vitória da Conquista, já havia provas ou indícios, segundo o chefe do MP baiano, de que a PM estava envolvida nas ações (Jornal A Tarde 19/02/2010). No culto fúnebre a pregação do pastor trazia uma ambigüidade, afirmando que Deus permitiu aquelas mortes.

Fanon, em *Os Condenados da Terra*, afirmava que

pelo fatalismo, toda iniciativa é retirada do opressor, pois a causa dos males, da miséria, do destino, depende de Deus. O indivíduo aceita assim a dissolução decidida por Deus, agacha-se diante do colono e diante do destino e, por uma espécie de reequilíbrio interior, chega a uma serenidade de pedra. (Ibidem, p. 2005).

Embora o discurso religioso tenha a intenção de confortar, a preleção suavizada acaba tendo o efeito de conter qualquer contestação.

2.3 Políticas Públicas para a juventude negra

Para Carlos Nelson Coutinho, o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil (2006, p. 173). Esta caracterização não é uma constatação nova, apenas reforça as raízes históricas da sociedade brasileira. A hegemonia de determinados grupos que se beneficiam deste Estado é fortalecida por políticas clientelistas, da troca de favores e apadrinhamento, principalmente em determinadas regiões do Nordeste.

Tomemos agora um outro ponto que são as discussões que se sucederam sobre a composição do Conselho Municipal da Juventude em Vitória da Conquista. Quem seriam os representantes deste Conselho? Qual sua composição? Grupos de jovens representando organizações estudantil, partidária e ONGs, na tentativa de buscar a hegemonia do Conselho, partiam de práticas que em nada ajudavam a dar acesso aos jovens que vinha de uma prática de composição diferente, mais cultural, periférico, e isso levou a um esvaziar e a desmotivar a participação. As reclamações dos jovens negros do *hip hop* eram relevantes, porque sempre alegavam que os grupos estudantis eram fechados e que não abriam espaços para outras representações. Acusavam o Conselho de ser “aparelhado” por determinados grupos de jovens que impediam assim uma composição e participação mais populares. Em segundo

lugar, as discussões sobre as Ações Afirmativas, ou as políticas de cotas raciais, eram rechaçadas pela juventude engajada dos partidos em nome das cotas sociais, para pobres.

A reflexão sobre políticas públicas e juventude negra nos ajuda a entender a fragilidade daqueles programas e projetos meramente compensatórios. Tais projetos e programas não aprofundam o debate étnico. Em muitos dos projetos constam os itens gênero e etnia, até mesmo para satisfação de requisitos das agências financiadoras, sem que, no entanto, existe um verdadeiro compromisso em relação a tais aspectos.

Ao entendermos que as políticas públicas para a juventude negra não podem ser elaboradas exclusivamente por especialistas ou gestores, reivindica-se a escuta da juventude negra, de sua reflexão baseada em suas história de vida. Neste sentido, a formação humana se dá no processo onde o indivíduo pode encontrar-se com o outro e consigo mesmo. O jovem deve estar ciente que cidadania é um direito que o torna crítico, participativo e prepositivo na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Vitória da Conquista tem sido um lugar privilegiado por receber programas e projetos do governo federal. Além disso, políticas públicas das instâncias governamentais estadual e municipal estão presentes na cidade. A maioria dos jovens provenientes de famílias de baixa renda passou por algum programa. No entanto, o destino destes jovens não tem mudado: continuam sendo assassinados pela polícia ou por seus iguais que “optaram” pela vida criminosa. Por que tais políticas públicas não tem sido eficazes para estes jovens? A cidade foi local de atuação de antigas políticas públicas de combate à desnutrição, relatadas por uma médica que trabalha na cidade em bairros onde haveria maior incidência de mortalidade infantil na década de 80. A sobrevivência das crianças desnutridas era garantida através da distribuição de leite às mães. Mas, essas mesmas crianças que, na época, sobreviveram à desnutrição, atualmente não resistem aos tiros ou às mais variadas formas de violência perpetradas pela polícia, pelo crime organizado e por outros jovens que também sobreviveram à desnutrição. Ao mesmo tempo, os jovens de classe média, de fenótipo branco em sua maioria, recebem educação formal (escolaridade) em outras cidades ou capitais brasileiras, obtendo bons empregos públicos.

A juventude pobre, em sua maioria negra, quase sem chance de melhoria da qualidade de vida e profissional, muito cedo busca outros meios de enfrentar sua realidade. Trabalho precoce nas ruas, em feiras de alimentos, com a conseqüente evasão escolar; e prostituição juvenil, principalmente de meninas, na rodovia BR 116. Também se verifica o uso e a comercialização de drogas, como meio de obtenção de dinheiro rápido. Crimes contra o patrimônio (furto e roubo) são alguns dos expedientes de que lançam mão alguns dos jovens

em Vitória da Conquista. Os jovens negros na cidade queixam-se da forma com que são tratados pela polícia, com práticas de humilhação e desrespeito; pela escola, diretoras e professoras, que demonstram ter medo deles, ou que os trata com pouca consideração, como bandidos ou vagabundos. Reclamam da falta de vagas de trabalho ou de alternativas de lazer. Geralmente eles não conseguem ficar na estrutura da escola. Na família é comum a ausência paterna, sendo cuidados pelas avós e mães. Há também os que são criados pelos irmãos mais velhos, à revelia da mãe que trabalha todos os dias. A criminalização os atinge por toda parte, prioritariamente pelas práticas agressivas policiais.

Traçar as políticas públicas para a juventude negra tem sido desafiador, uma vez que não havia dentro dos programas, até bem pouco tempo, a visibilidade da questão étnico-racial nos programas da administração da cidade de Vitória da Conquista. Discutir o protagonismo dos jovens já é uma complexidade. A I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude na cidade de Vitória da Conquista (2007), buscava discutir, preferencialmente, questões relativas à educação, trabalho e sexualidade.

As políticas públicas desenvolvidas para a juventude em Vitórias da Conquista estão focalizadas nas crianças e nos adolescentes “em geral”, como categoria genérica. Poucos são os projetos que buscam olhar mais atentamente para as questões específicas dos jovens negros, principalmente quando estes jovens passaram por algumas medidas sócio-educativas e por situações de violência. Portanto, ao se tratar do segmento jovem, podemos dizer que muitas das políticas públicas falham ao não se proporem a discutir questões específicas que atingem a juventude negra, segmento que é bastante significativo na cidade.

Como a cidadania do jovem negro pode ser conquistada se sua integridade física e humana vem sendo constantemente violada? Se não existem políticas públicas eficazes para este segmento?

Na pesquisa identificamos alguns programas e projetos que versam sobre a juventude. Observamos no gráfico abaixo:

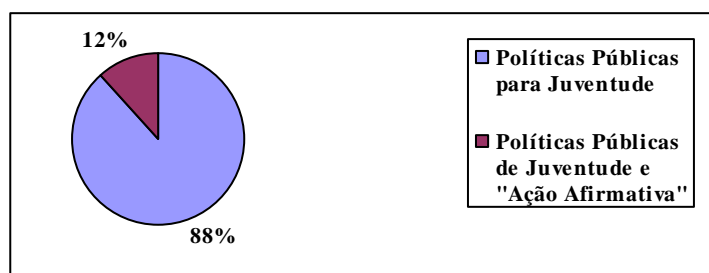


Gráfico: 3 – Fonte: Mapeando as Políticas Públicas para Juventude e Políticas Públicas de “Ações Afirmativas” em Vitória da Conquista. Dados Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Conquista da Juventude: políticas públicas e cidadania. 2008

Dentre as ações⁹ identificadas, observamos que apenas 12% relaciona as políticas de juventude com as de ações afirmativas. Estes mapeamentos apresentados de políticas públicas a respeito do município de Vitória da Conquista/BA para a juventude remetem-nos à discussão da viabilidade e da gestão administrativa. Uma vez que os jovens têm sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e internacional. Os conjuntos destas políticas enumeradas deveriam dar conta de coibir e diminuir o avanço da violência. Pelo contrário, por exemplo, a Bahia está sendo o Estado onde a violência letal mais aumentou e a média é de uma pessoa morta a cada duas horas em 2009, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública deste Estado.

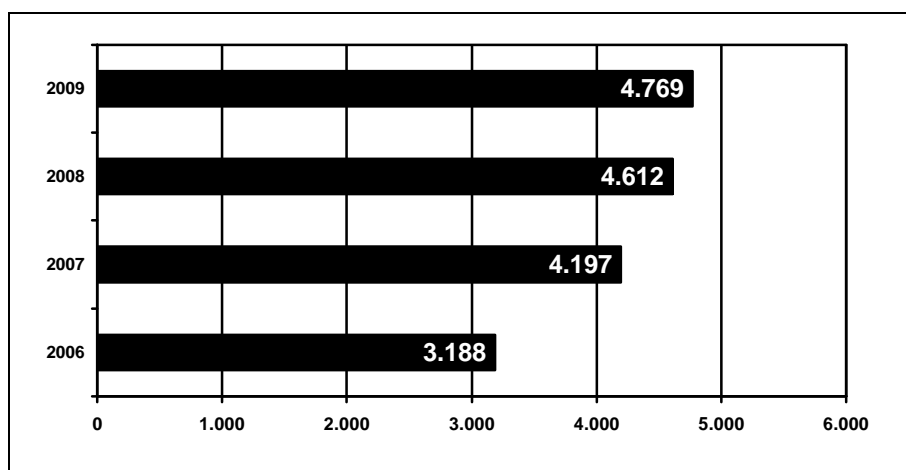


Gráfico 4 Número de Homicídios da Bahia

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. (SSP/BA)

Como mostra o gráfico 3, o número de homicídios entre os anos de 2006-2009, aumentou significativamente com mais 1.581 novos casos, não se observou um decréscimo em relação aos anos comparados. Isso representa 16.766 pessoas mortas com crescimento de 49,6%.

Para a construção das políticas públicas para a juventude é importante estarmos atentos às questões mais conflitantes que afetam esse grupo, levando em considerações as questões de gênero e étnica. Percebe-se que muitas destas políticas não são construídas a

⁹ 1-Programa Conquista Criança - 1997-2010- 2- Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente -1999-2010- 3- Projeto Sentinela 2001-2008 – 4- Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano 2006-2008- 5- Programa Projovem Adolescente é uma reformulação do Projeto Agente jovem do MDS; lançado em 2007; 6- Projovem Urbano – O Programa Nacional de Jovens (Projovem) surgiu, em 2005; 7- Projeto Juventude Cidadã - 2005 8- Projeto Travessia – 2004 - 9- Projeto Flores da Bahia – 2003; 10- Programa Cidadania Pré-Universitário para Afrodescendentes 2006; 11- Projeto Jovens Ativista em Meio Ambiente e Cidadania 2007 ; 12- Educação de adolescentes, jovens e adultos – 1997; 13- Brasil Alfabetizado – 2007 ; 14- Todos pela Alfabetização (TOPA); 15- Conselho Municipal da Juventude – Comjuv – Criado em 2007, pela Lei Municipal n. 1.461/2007.

partir do olhar do protagonista da ação social, que, neste caso, é a juventude negra. No caso da violência contra a juventude negra, que mecanismos seriam relevantes para mudar esta realidade em Vitória da Conquista? Que programas e projetos atenderiam este grupo? Como transformar esta realidade de morte em vida? Quais caminhos e esperança os jovens negros em Vitória da Conquista podem construir para afirmar e garantir à vida. O protagonismo da juventude negra e o enfrentamento do racismo institucional são condições fundamentais para construção de sua participação cidadã. Segundo Juan E. Diaz Bordenave “uma sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isto possível” (1992, p. 25).

Pela experiência vivenciada pela pesquisadora, na administração pública municipal, as políticas públicas dirigidas a esses jovens não têm sido suficientes para intervenção profunda na vida deles. Muitas vezes, como dissemos, são políticas dirigidas à uma juventude “abstrata”, genericamente pensada, e que não condizem com a realidade concreta daqueles jovens. A experiência do Programa Juventude Cidadã e o próprio Conselho Municipal da Juventude acabam sendo um campo de disputa política de grupos que são filiados e militantes de um partido e atendem a interesses próprios.

A pesquisadora Zaluar (2007), no artigo "Democracia Participativa", faz uma explanação que ilustra bem o que acabamos de comentar:

Partidos políticos que investiram seus esforços na criação de "bases", ocuparam os assentos em tais conselhos e os têm usado para implementar a política do partido, mais do que em resolver os problemas locais nas áreas respectivas. Vizinhos sem afiliação partidária têm poucas oportunidades de vir a sentar-se em uma dessas cadeiras, embora tenham muito mais afinidade com os demais moradores e conheçam mais seus problemas cotidianos e como tem sido o atendimento dos serviços públicos. (ZALUAR: 2007)

Também a presença de *experts*, segundo Zaluar (2007), “sobretudo quando acompanhada da arrogância do saber, inibe a participação do cidadão que desconhece os aspectos técnicos, mas, perfeitamente traduzíveis em linguagem comum, dos problemas em pauta”(p.A2).

As políticas públicas que deveriam avançar para diminuir desigualdades e trazer novas perspectivas para os jovens negros tem sido paliativas e tímidas. Conforme Loïc Wacquant, ao analisar a experiência norte americana, mas acreditamos que também serve para o Brasil no campo das Políticas Afirmativas, “as políticas públicas que visam atacar as desigualdades raciais têm sido desqualificadas e arquivadas” (2008, p. 72). No Brasil, o debate das políticas de ações afirmativas tem sido equivocadamente reduzido às cotas, ficando o debate

polarizado entre os favoráveis e contrários às cotas. A votação no Senado brasileiro do Estatuto de Igualdade Racial, teve o texto aprovado somente após a exclusão da criação de cotas nas universidades.

As políticas de ações afirmativas¹⁰ devem buscar garantir a cidadania do povo negro. Desde da década de 70, com o surgimento de novos atores sociais, o debate sobre o racismo trouxe à tona o “mito da democracia racial”. Os primeiros resultados surgiram com a Constituição Federal de 1988, onde pode-se ler no Art.5º XLII que “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. (CF 88).

A partir da segunda metade dos anos 90, pela primeira vez o Estado reconhece a existência do racismo. Isso fez com que o próprio governo criasse o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI 2000), para desenvolvimento de Políticas Públicas para a população negra, uma vez que a juventude negra tem tido maior dificuldade de acesso aos direitos básicos universalistas (saúde, educação, trabalho, segurança e moradia). Tais políticas, no entanto, não tem dado a devida atenção a aspectos particulares na vida dos jovens negros e negras.

Recentemente, como dissemos, foi votado o Estatuto de Igualdade Racial, que tramitou por quase duas décadas de discussão. Este Estatuto foi aprovado com um conjunto de princípios que visa à redução das desigualdades raciais no Brasil. As necessidades de implantações das políticas afirmativas se confirmam quando se verificam as desigualdades entre os grupos de população negras e indígenas, porém, no seio da sociedade brasileira e dentro dos próprios gestores públicos, falta consenso, entendimento, acúmulo de experiências, respeito e tolerância nas diversas interpretações de grupos privilegiados que são contrários às políticas afirmativas.

Expomos acima, no gráfico 2, um conjunto de políticas públicas para a juventude em Vitória da Conquista e os instrumentos que viabilizam o avanço de políticas afirmativas para a população negra. O combate ao racismo deve ser enfrentado cotidianamente; os países em confrontos bélicos diretos e declarados têm menor número de mortos que o de jovens negros exterminados no Brasil, como podemos constatar no caso baiano(2005, p. 98)¹¹. *Reaja ou será morta, Reaja ou será morto* foi o grito da juventude negra baiana dizendo não ao genocídio,

¹⁰ Ações Afirmativas são um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Diferentemente das leis contra a discriminação, as políticas de ação afirmativa tem por objetivo prevenir a ocorrência de discriminação.

¹¹ REIS; Vilma. Atocaiados pelo Estado: As políticas de segurança pública implementada nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. Dissertação de Mestrado. 2005.

em uma campanha que surge em meio à resistência. Desde de 2006 a ONU (Cf. Jornal A Tarde 2006, C7) vem apresentando dados nos relatórios sobre o números de mortos, 7 em cada 10 jovens assassinados no Brasil são negros (Cf. relatório ONU, 2006, C7). As Políticas de Ação Afirmativas são um ponto de partida. Mas, aonde chegaremos só o tempo poderá e apontar caminhos e soluções para que o Brasil encontre o seu próprio modelo e enfrente esta doença, o “racismo”.

2.4 Uma cidade e duas sociedades

Segundo o último censo do IBGE, a cidade de Vitória da Conquista é o 3ª município mais populoso da Bahia, com localização no Sudoeste do Estado, numa altitude de 900 metros. Situada nas encosta da Serra do Periperi, ao Sul com 14° 50’ 53’ de latitude e ao Oeste 40° 50’ 19’ de longitude. O Município está a mais de 512 Km de distância de Salvador. A cidade compõe uma área de 3.372 Km² (1992, p. 17). Segundo estimativa a população está na faixa 318.901 habitantes (IBGE/D.O.U 2009). Esta cidade nasce do combate aos nativos (Imborés e Mongóis), no final do século XVIII, através do bandeirante, João Gonçalves da Costa, que adentra a Região da Ressaca¹² (cf. Medeiros, 2003). A presença dos primeiros negros em Vitória da Conquista é marcada pelo trabalho braçal do plantio de gênero alimentício e capim para a pecuária. De acordo com o memorialista Aníbal Lopes Viana,

Os negros africanos e brasileiros escravizados muito deram de trabalho pesado, derramando o suor, na derrubada de matas incultas para fazer as roças para o plantio de gêneros alimentícios e a cultura do capim para a pecuária. Os negros escravizados adoeciam e trabalhavam debaixo do chicote dos cruéis feitores que diziam que a doença era manha e ***bacalhau era o remédio para os negros manhosos.” (VIANA, 1992, p. 582)

Os documentos cartoriais revelam que havia um mercado de escravos africanos, uma vez que os nativos já haviam sido exterminados e era necessária a mão de obra para o desenvolvimento da região. Conforme Viana, os escravos eram tratados pelos seus senhores

¹² *Região da Ressaca corresponde à área que se estende entre o Rio Pardo posiciona ao sul de Vitória da Conquista e o Rio de Contas ao norte. Grande parte dela identificada com o Planalto da Conquista, coincidente, também com parte dos limites da Imperial Villa da Victória em 1840, e parte da área desbravada pelo bandeirante João Gonçalves da Costa a partir dos anos 1740.

** expressão definida por Itamar Pereira Aguiar – Do Púlpito a Baquiço Religião e laços familiares na trama da ocupação do Sertão da Ressaca/Doutorado em Ciências Sociais – PUC- São Paulo – 2007

*** O bacalhau era um conjunto de correias de couro cru, amarrado na ponta de um pedaço de pau, uma espécie de chicotão de bater em animais.

como bens, coisas. Por não serem considerados propriedades dos senhores, não havia legislação para a garantia de direitos. Conforme relato abaixo:

“os escravos eram amarrados ao pelourinho para serem espancados cruelmente, na Capital ou no interior, em mãos de quem vivia do mercado de escravos ou de dono para dono. Os negros escravizados eram adquiridos no mercado como se fossem bois e cavalos na Capital ou no interior em mãos de quem vivia do mercado de escravos ou de dono para dono. (...), os escravos eram adquiridos mediante uma escritura particular ou passada em notas públicas, cujo comprador pagava a “Sisa”, isto é, um imposto semelhante ao atual imposto de transmissão. Eles eram registrados na coletoria da localidade, como parte dos bens do cidadão que os comprava”. (Ibidem, p. 582).

Uma vez que o escravo não existia enquanto cidadãos, não havia necessidade de legislação para a garantia dos direitos. Os escravos eram um objeto nas mãos do seu senhor, uma mercadoria a ser negociada no mercado. Em Vitória da Conquista, nos relatos históricos, era visível a resistência dos escravos que, ao serem tratados com crueldade por seus “senhores”, fugiam, construindo malocas em lugares longínquos conhecidos como Quilombos (Ibidem, p. 583).

No Brasil, o processo da industrialização e da urbanização, a partir da década de 40, vai provocar uma mudança significativa na população rural. Isso trará conseqüências para a vida das cidades. Segundo Darcy Ribeiro, o êxodo rural será inevitável: “a população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980. Agora é de 110, milhões. A população rural perde substância porque passa, no mesmo período, de 28,3 milhões para 38,6 e é, agora, 35,8 milhões. Reduzindo-se, em números relativos, de 68,7% para 32,4% e para 24,4% do total.”(2000, p. 198)

Esses dados são de dez anos atrás, o processo de inchaço das cidades terá como conseqüência um aumento do empobrecimento da população urbana e a luta pelo emprego e pela moradia. Toda essa situação provoca a demanda de políticas sociais para atender os novos moradores da cidade, que se avolumam como massa desqualificada e desempregada. Neste momento, se inicia uma crise sem paralelo de violência urbana. O doloroso é que neste processo se instalam grupos conhecidos como crime organizado que formam um aparato poderoso no controle das favelas e das periferias.

A proposição de uma cidade e duas sociedades, a partir de Vitória da Conquista, ainda hoje traz na história do local a divisão de sua origem, a negação dos nativos e a exploração da mão de obra escrava pela Colônia. A cidade primeiramente levava o nome de Vila da Conquista, tendo sido mudado na década de 1940 para município de Vitória da Conquista. O crescimento marca a expansão de bairros sem nenhuma estrutura com um número de pessoas

avolumado nas periferias. Neste cenário, acontecem as mortes dos jovens, que estamos relatando.

A repetição frequente dos enterros e da procura por jovens desaparecidos se naturalizam no cotidiano em que a “bandagem” “atrapalha” o ambiente “tranquilo” da cidade, em que uma tranquilidade aparentemente se mantém nos condomínios luxuosos e “protegidos” por cercas elétricas, pela segurança privada. Na Bahia, pela manutenção dessa tranquilidade, as mortes dos jovens negros demonstram a falta de empenho para construção um Brasil de “todos”, logomarca do governo federal. Apesar do papel de distanciamento que devo assumir como pesquisadora, vejo Vitória da Conquista como uma cidade maltratada, com suas ruas com esgoto aberto, sem asfalto, ali vejo o chão de terra batida, as casas frágeis sem esgoto e saneamento básico, rostos sofridos de muitas mulheres que choram juntas a tirania do Estado, a saudade e a tristeza de uma juventude negra violentada com seus sangues jorrando pela cidade. Faço saber sobre a solidariedade de outros jovens que não são negros mas entendem as implicações da luta contra o racismo. Assim, a morte violenta de qualquer jovem, seja qual for a cor de sua pele, deve ser abolida. No pensamento de Nina Rodrigues¹³, defensor da inferioridade dos negros “O negro crioulo conservou vivaz os instintos, brutais do africano; é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual” (1957, p. 117). Para o poder punitivo este pensamento de Rodrigues justifica, ainda hoje, no imaginário social, a idéia que o negro é “bandido”, “ladrão”, é um sujeito “perigoso”. Isto colabora para criminalização da juventude negra e seu aniquilamento não é por acaso, mas faz parte da filosofia do extermínio.

Vitória da Conquista faz parte de uma sociedade estratificada, profundamente dividida. A ação governamental não tem ainda garantido uma cidade para “todos” e “todas”, não garante a “Bahia de Todos Nós”, logomarca do governo do estado.

Urbana/Rural de Vitória da Conquista de 1940 a 1991

ANO	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5,	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	36.740	16,9	180.063	83,1	216.803

Fonte: Censo Demográfico – IBGE

¹³ Raimundo Nina Rodrigues. Médico legista, psiquiatra, professor de antropologia. Nasceu no Maranhão em 1862.

O crescimento do desemprego nestes últimos anos, a precarização do trabalho, a informalidade, a industrialização incipiente e a fragilidade da agricultura são alguns dos entraves a um maior desenvolvimento do Município, que representa em torno de 3,7% da economia do Estado da Bahia. Pode-se destacar o aumento da violência como reflexo, entre outros, do crescimento populacional urbano e do desemprego. Contudo essa violência incide mais sobre determinadas parcelas da sociedade do que sobre outras. É o caso da violência contra os jovens negros. A problemática e o agravamento das mortes no município vem sendo anunciada nas páginas dos jornais e telejornais em nível nacional (cf. Jornal Nacional, 20 de fevereiro de 2010).

O desenho desta cidade e “duas sociedades” vão se consolidando no imaginário social, com objetivo de eliminar ou neutralizar os “anormais”, tipificado na juventude negra e pobre. Nina Rodrigues, em *As Raças Humanas*, divide as raças em superiores e inferiores, afirmando que “o desenvolvimento e a cultura mental permitem seguramente às raças superiores apreciarem e julgarem as fases por que vai passando a consciência do direito e do dever nas raças inferiores, e lhes permitem mesmo traçar” (Rodrigues, 1957, p. 78).

Na sociedade conquistense os embates, os conflitos, as lutas cotidianas, e o extermínio contra a juventude negra demonstram a estratégia dos segmentos da sociedade que controlam a cidade, uma vez que a ausência do poder público para combater o “crime”, faz surgir novos grupos que impõem a “ordem”.

2.5 Impacto da violência na comunidade: “alguma coisa está fora da ordem”

A apresentação dos depoimentos abaixo poderá contribuir para refletir sobre as conseqüências das execuções nas comunidades de Vitória da Conquista. Apresento, a partir de agora, quatro casos de jovens que foram mortos supostamente em ação policial, em que famílias relatam a brutalidade das mortes dos seus filhos, em diferentes momentos dos últimos anos.

Fanon, em *Os Condenados da Terra* afirma que “a guerra continua. E teremos de passar anos ainda pensando os ferimentos múltiplos e às vezes indelévels feitos aos nossos povos...” (Ibidem, p. 287). É neste cotidiano urbana que a juventude negra da periferia de Vitória da Conquista tem seus direitos violados.

Nesta perspectiva, os efeitos que vêm sendo gerados pela violência policial no seio familiar e nas vítimas deste genocídio, fazem-se perceber pelas diversas feridas abertas na vida da comunidade. Não é nossa intenção apenas relatar e denunciar, nem tampouco quantificar os casos, mas demonstrar que tais mortes causam efeitos irreparáveis à comunidade e aos familiares que, ao longo dos acontecimentos, desenvolvem doenças como distúrbios mentais, depressão, problemas no coração, pressão alta, insônia e muitos vêm a óbitos.

Neste sentido, os quatro casos relatados abaixo, contribuirão para reafirmar a gravidade da situação, um genocídio aos olhos de um Estado que deveria reagir.

Em Vitória da Conquista, o número exato de pessoas exterminadas pela ação da polícia é desconhecido, pois, há também omissão pelos próprios organismos públicos que ignoram a gravidade do problema, as dificuldades de ter acesso a arquivos, a materiais para serem analisados. Na contramão disso, os jornais locais, os atestados de óbitos, e os depoimentos são documentos que ajudam a comprovar os fatos, dando legitimidade à nossa abordagem.

Não se pode dizer quantos serão ainda condenados à morte. “Os Malditos da Terra”, porém, são identificados quando os caixões e carros fúnebres da *Pax* descem das periferias de Vitória da Conquista em direção ao IML. O número de morte por homicídio é tão grande que parece haver uma comedida felicidade da empresa citada toda vez que uma nova chacina ocorre. “Os Malditos da Terra”, ao serem exterminados, não geram indignação porque são considerados “bandidos”, eles têm seus corpos estendidos no chão, a despeito de terem passado, na infância, por medidas “socioeducativas” encabeçadas pelas falhas políticas públicas do Estado.

São os protagonistas da discussão relativa à diminuição da menoridade penal, uma vez que dificilmente os filhos da classe média que cometam algum tipo de crime serão alvo do mesmo tipo de penalidade, a saber: prisão, desaparecimento ou execução sumária à bala. Para Fanon (2006):

quando você e seus semelhantes são liquidados como cães, não lhes resta mais do que usar todos os meios para restabelecer o seu peso de homens. É preciso, assim, pesar o mais possível sobre o corpo do torturador, para que o seu espírito perdido em algum lugar reencontre enfim a sua dimensão universal.(2006, p. 341).

Os mortos ficam horas no chão dos bairros como coisa abandonada, justamente *sobre a terra*, que, no âmbito simbólico, tem sentido fortíssimo para a população negra, uma vez

que é a África o continente identificado, em sua cultura, com esse elemento da natureza. É sobre o chão, sobre a terra, lugar onde a dignidade humana deveria repousar, onde o homem deveria trabalhar para retirar seus alimentos e vida que ele, negro, jovem e indefeso se perde. Aqui está sendo colocada uma questão da terra, que é dividida social e politicamente para que sobre ela mesma se dê o assassinio, mãe que é, de seus filhos. Sobre essa terra, mãe que é, se dá a devastação do homem e da natureza, desdobrada em disputas no campo e na cidade, hierarquia de classes, acúmulo de riquezas que não são distribuídas, depauperamento da vida com-partilhada mas disputada, falta de cuidado com a saúde e com o saneamento básico das populações, e periferização dos interesses, pois estabelecem-se fronteiras simbólicas que são mantidas antes na base do chicote e hoje na base da bala. Não querendo justificar o presente pelo passado, devemos lembrar, no entanto, que os índios, em Vitória da Conquista, também foram vítimas de extermínio. Posteriormente o negro, que contribuiu com sua força e trabalho para o enriquecimento e cultivo dos bens terrenos, é furtado de seu lugar sobre essa mesma terra, restando-lhe lugares não alcançados pelo “mundo”, a saber: a favela, a periferia, o presídio, o desaparecimento nas regiões desabitadas do local (desova) e o cemitério. Soma-se a isso a desilusão com a terra natal, sentimento que força o êxodo migratório dessa população para outras regiões do País, essas mesmas que centralizam o poder econômico e político mas não resolvem o problema da desigualdade social, pois reforçam o modelo colonial dentro do próprio território nacional, uma vez que ainda se mantém o modelo de metrópole e periferia. Essa constante estratificação forçada pelo modelo socioeconômico capitalista leva, bem sabemos, à afirmação da desigualdade entre homens e mulheres, pretos e brancos, nordestinos e sulistas, coronéis, jagunços e “matutos da terra” etc.

Durante entrevista como uma das famílias, uma mãe ao descrever o descaso dos policiais com as pessoas da comunidade, lembra que os animais são protegidos, mas os seres humanos não. No relato da mãe ela diz: “eles não poderiam ter feito isso com meu filho, nem passarinho a gente mata, o Ibama não deixa, como fazem isso com gente”? A vida banalizada não representa nada, na expressão da mãe pois o animal vale mais do que pessoas, quando todos os seres humanos deveriam compartilhar da mesma dignidade.

Passemos, então, a descrever e analisar os relatos sobre as execuções de que tanto discorreremos até então.

Um jovem negro foi morto por policiais diante de vizinhos e familiares. Crianças na casa invadida pela polícia assistiam à ação. Segundo os familiares e conhecidos das vítimas, ao invés de processar e punir os policiais pela ação ilegal e violenta, os mesmos passam a ter a mídia como aliada, que geralmente divulga que “as mortes ocorreram em uma troca de tiros

com policiais”. Ao comentar os casos, familiares relatam que a trajetória da bala comprova a execução e que perante testemunhas o perseguido não portava arma.

De acordo com o desembargador Sérgio Verani, muitas vezes “lavra-se um ‘auto de resistência’, e o assunto está encerrado. Determina-se a instauração de inquérito policial, que nada investiga e nada apura, pois geralmente são ouvidos os policiais que assinaram o auto de resistência. Não há indiciado. Quando se indicia alguém, este é a própria vítima”.(1996, p. 33).

Em Vitória da Conquista, dos quatro casos aqui a serem relatados, que ocorreram ao longo dos últimos anos, todos os jovens, segundo os familiares, não resistiram à ordem de prisão, mas mesmo assim foram mortos, sendo que apenas um dos casos teve apuração dos fatos. Seguem-se as apurações.

E, 17 anos, negro, morava com a família. Era o filho mais novo e foi morto, em 2006 com tiros pela polícia em um final de tarde no mesmo bairro que fora criado. A causa da morte: hemotórax e hemorragia intracraniana, projéteis de arma de fogo. Eis o relato da irmã de E.:

“Houve uma mudança na família após a morte dele. Meu irmão ficou preso 45 dias e, ao sair da prisão, percebia uma quebra no olhar dele e uma transformação. Não era mais a mesma pessoa. Ele era de menor e ficou em uma cela comum. Durante todo este tempo só uma irmã entrou para visitá-lo. Ele nunca quis falar sobre o assunto. Ele estava com pessoas mais velhas quando a polícia o pegou. Ele estava trabalhando, já tinha iniciado o segundo grau. Foi preso por tentativa de assalto. Algumas pessoas que não quiseram identificar-se disseram que era bem tarde na hora do assalto e ele estava com pessoas da comunidade. Mas ele nunca falou sobre o fato. Era uma pessoa extrovertida e o que aconteceu com ele para praticar tal ato nós não sabemos porque era bom aluno, nunca deu trabalho na escola, nunca fomos chamados para qualquer reclamação e não havia apresentado qualquer problema que pudesse acusá-lo (...). Minha mãe não é mais a mesma pessoa alegre; a esperança morreu dentro dela e ela desenvolveu a depressão. Eu fiquei com síndrome do pânico e meu outro irmão às vezes chora e disse que a família está acabando. Ele está bebendo. Já meu pai nunca falou sobre o assunto, fica em silêncio ‘a vida não tem sentido’. A juventude não tem expectativa porque o jovem não sonha. Cresce vendo drogas e armas na comunidade e muitos são atraídos mais que qualquer outra coisa para ampliar os horizontes. Morar neste bairro, ser negro, já é motivo da polícia agredir. Meu filho, que é bem jovem, foi parado pela polícia, que lhe apontou o fuzil. O racismo é uma doença crônica, não somos iguais, porque o racismo aparece pela atitude. A ação da polícia no bairro é uma ação preconceituosa e discriminatória.

“Antes de ter na família um caso como o do meu irmão, eu já me incomodava, quando tirava a possibilidade de vida das pessoas como se não tivesse jeito. As políticas públicas aqui não funcionam. A cultura do medo aqui tomou conta. Não vejo saída imediata, e isso é preocupante. A morte do meu irmão abalou a saúde de todos, em vários aspectos. Quando ele foi preso antes de ser morto, era como se tivesse morrido duas vezes, ele tinha sonhos para o futuro e de repente uma dor de “morte” de gente viva. A polícia tem duas formas de abordagem: uma no centro da cidade e outra na periferia, infelizmente a desinformação dos direitos nos deixa sem ação, alguns dizem que não adianta e não vai dar em nada, eu me incluo no meio. Eu me sinto diferente, no primeiro momento me senti responsável não estava intervindo para mudar, eu amadureci mas é uma coisa forçada, fiquei mais reflexiva, aumentou os temores, estava acordando. Antes de ter a morte, a gente até sentia vergonha, a gente sente culpada, é complicado.

“A família deve dialogar com os jovens e observar, conversar mais, penso que um dos motivos é a falta de estrutura da família (o jovem), a gente conversa muito pouco sobre isso, fugir não é a melhor forma, temos que enfrentar. A forma que ele morreu foi brutal, porque todo mundo sabe, ele estava desarmado.

Ele jogou arma fora. A trajetória da bala não deixa dúvidas que ele não resistiu (uma pessoa que estava escondida no forro da casa viu tudo). Segundo esta testemunha meu irmão estava debaixo da cama e a polícia o puxou perguntando pela arma, ele ficou de joelhos e cruelmente eles atiram nele. A família queria muito que ele se entregasse, o policial mandou chamar minha mãe e quando ela chegou, eles não deixaram ela passar, a empurraram e ela caiu e ficou gritando e tentando passar para que meu irmão não fosse morto, eles a chamaram de “puta”. Não deu mais em nada (porque você sabe o que poderia acontecer com os outros filhos, ficou por isso mesmo).

“Quando meu irmão foi preso o espancaram, era uma cela comum. Ele saiu de lá com muito ódio; quando vi ele tinha se transformado em uma outra pessoa. Depois da prisão ele matou um rapaz de forma cruel, lá não era uma delegacia de furtos e roubos, mas uma jaula. Minha mãe nasceu neste bairro, mora aqui há 60 anos, todos os meus irmãos, meu pai veio morar aqui com 6 anos e morreu com 66 anos, após a morte do meu irmão. Aqui o trabalho era muito difícil, as pessoas pegavam as pedras e faziam brita, a economia do bairro, eu mesma quebrei muitas pedras, eu hoje sou professora, porque tinha muita vontade de estudar, eu sempre analisei a questão racial. O racismo era visível, agora mais sutil. Eu era calada, retraída, não me sentia parte da turma, tive muita dificuldade, me achava inferior, ninguém nos valorizava, mas meu pai incentivava aos estudos. Era um orgulho, porque ele não estudou por falta de oportunidades.

“O que nos deixam preocupadas é a naturalização da pobreza e dos problemas da violência. Somente a pastoral do menor tem um trabalho sério, mas sozinha os problemas não podem ter uma diferença significativa, mas ela está fazendo o que pode.”

Um lugar conhecido como Campo Formoso: O mais triste é essa falta de liberdade

O próximo relato é da tia de J., menino de 16 anos, morto em março de 2006. Uma testemunha viu a polícia pela madrugada levando o jovem e um amigo dentro do camburão em direção ao ponto mais alto da cidade, o morro que tem uma imagem de “Cristo”. A causa da morte: choque hipovolêmico traumático, ação vulnerante de agentes perfuro-contundentes vítima de disparo de arma de fogo.

“A violência aumenta por não ter opções para os jovens. A forma da abordagem policial tem sido o desrespeito na comunidade. O início da ocupação do bairro foi com a minha própria família.

“Eu tenho 66 anos, quando cheguei aqui era mato puro, havia 3 casas de enchimento. Eu tinha 6 anos, eu me lembro que tinha um boteco para vender cachaça, rapadura, bolachão e a igreja lá embaixo. Eu cheguei da roça, de um lugar conhecido como Campo Formoso. Minha mãe veio para cá trabalhar de doméstica, aqui próximo a minha casa havia muita água no “poço escuro”, mas eles podaram a mata fechada e a água foi secando. Aqui, creche e escola foram coisas recentes. A violência é uma coisa triste, hoje as crianças maiores praticam coisas ruins e tiram autoridades dos mais velhos. A educação não é meta principal dos pais; crianças de hoje perderam a inocência. Com 8 anos podem matar uma pessoa de 50 e 60 anos, porque elas ameaçam. O governo precisa investir mais nos bairros pobres. O IML só chega para carregar o defunto e fica por isso mesmo. A polícia bate na população, que não tem nada com isso, bate nas pessoas... O bairro está dividido em dois lados agora, o lado A e o lado B; pessoas que moram em um lado não podem ir no outro lado. E os projetos para a juventude? Não há nada? Aqui só a pastoral do menor tem projeto concreto; as crianças na comunidade só vêm armas. Antigamente eu saía na escola de samba do

Caído, porque tinha carnaval; a Unidos de Conquista, quando o dono morreu, acabou. Também me lembro do Reisado, eu cantava e tocava pandeiros, eu sinto saudade deste tempo, as pessoas respeitavam, davam benção ao mais velhos, não escutavam conversa dos mais velhos. Agora a violência tomou conta, acabou com tudo, o mundo que vivemos hoje não é de alegria, de paz, não podemos fazer um batizado, uma festinha. O que fico mais triste é essa falta de liberdade, domingo não tenho gosto de ir na casa das pessoas, fazer uma visita, tenho medo, tomo banho e fico dentro de casa. Eu tenho a doença do pânico, fico trêmula no corpo, pessoas aqui enfartam, já fiz exames e minha mente falha, a gente não dorme direito à noite, tudo isso prejudica a saúde”.

Presídio e cadeia é para assegurar a vida: Relato da mãe de L., morto com **27 anos** em dezembro de 2007.

“Presídio e cadeia é para assegurar a vida e não para matar porque não melhora, piora e fica mais violento. Merecia estar preso, é melhor porque lutaremos com a justiça. O dia mais triste para mim foi quando o meu filho morreu, é muito triste quando eles (a polícia) passam por mim e riem, ainda estão matando muitos jovens aqui em cima. Meu marido entrou em depressão e ficou triste, morreu. Os policiais falaram perto do meu esposo que agora todo mundo iria dormir em paz, meu esposo era um bom pai, vivia dando conselho para os filhos, eu e meu marido ficamos 43 anos casados, às vezes eu choro quando lembro dele (meu filho), porque ele nasceu no mesmo dia do meu aniversário, eu sinto dor de morte, os irmãos todos estão revoltados, a polícia ameaçou outros filhos meus, até os pequenos eles falaram: “olha a cara de safado dele”. Eles disseram que queriam ver a cabeça minha e de minha filha, se eu tivesse dinheiro eu iria à Brasília fazer a denúncia. Antes da morte do meu filho eu não tinha nada, agora eu sofro de nervo. Pensar e não poder resolver.”

Relato da irmã de L :

“Diferente de nós, meu pai não colocou para fora e isso consumia meu pai, nós falávamos palavrões, ele não, sempre quieto.”

Continuação do relato da mãe de L

“Eles não poderiam ter feito isso com meu filho, nem passarinho mata, o Ibama não deixa, como fazem isso com gente? Aqui a igreja fala para deixar nas mãos de Deus, os políticos, na época da eleição, o deus deles está aqui: “os votos”, quando ganham e passa este momento, eles vão embora, desaparecem, somem. Na escola as crianças não têm valor, elas não têm ninguém por elas, elas perdem a essência de criança, elas não têm mais amigos na comunidade, quando tentam fazer alguma coisa já não tem mais jeito. A violência tomou conta e falta projeto para amenizar, não há investimento na juventude. Depois que mataram meu filho eu fiquei traumatizada e com medo de perder outros filhos, muitos jovens querem sair do crime, mas não tem solução para eles, porque são vistos como criminosos. Só nós que somos da família sabemos o que passamos.

“Não tenho medo de morrer por isso venho denunciar quem matou meu filho”. Relato da mãe de W, que teve o filho morto no seu colo

“Era de madrugada, quando ouvi mexer no portão, eu perguntei: quem é? Responderam: é a polícia. Perguntei o que queriam, então arrebentaram a porta da sala de minha casa e entraram. Meu filho levantou e chegou até a sala e o policial perguntava quem era ele se um nome lá era o dele, meu filho dizia que “não”; dizia “moço, eu sou L”. Eles pegaram o meu filho e levaram para fora da casa, então mataram ele ali mesmo. Enquanto isso, outro encapuzados colocou a arma na minha cabeça e não deixaram eu passar. Escutei os tiros, ao sair eles foram embora, eu coloquei o meu filho no colo então eles voltaram e deram outro tiro com ele no meu colo. Deram tiro na cabeça dele e atravessou para não acertar em mim, meu vestido está aqui todo sujo de sangue, eu gritei e ninguém dos meus vizinhos saíram, eu acho que era falta de amor ou medo, para mim disseram que quem morre assim não tem ‘salvação’, não vai para o céu, se eu não tivesse Jesus eu não agüentaria, foi muito duro (ela chora) mataram o meu filho, isso é uma dor. Eu não quero mais voltar naquela casa. Quando coloquei meu filho no colo, eles voltaram e apontaram a arma para mim, mas naquele momento eu já tinha telefonado para meus outros filhos e eles chegaram e viram o irmão caído no chão. Naquele momento apareceram vários carros de polícia novamente, eles não me mataram porque meus filhos chegaram no momento que eles haviam voltado, segundo vizinhos, após atirarem no meu filho, eles escutaram os policiais dizendo: ‘não poderiam ter deixado ela viva’. Depois uma vizinha chegou, mas eu não consegui gritar quando eles atiraram em meu filho, porque eu não agarrei nele para que eles não levassem o meu filho? Em nenhum momento eu deixei o meu filho, fiquei com ele até o último momento, eu fechei os olhos dele e a boca dele, quando retiraram ele do chão coloquei terra porque havia muito sangue ali. Meu filho, já tinha passagem pela polícia, mas nada justifica a covardia como ele foi morto.”

O último relato, a mãe de W foi à OAB e relatou o ocorrido, mas havia momentos que ela chorava e “parecia que iria ficar louca, uma dor tão grande que ninguém poderia dar um remédio para curar”.

“Resolvi apresentar o meu vestido todo sujo de sangue como prova, que foi a polícia que fez isso, posso reconhecer os policiais, depois que meu filho estava no chão, o carro de polícia veio com vários homens armados e aí outro filho, filha e um vizinho chegaram e eu estava sentada no chão com o filho no colo”

No momento do relato a senhora chorava, ela tremia em determinados momentos, a promotora pediu a ficha de DLS para investigação.

“Eu fiz um sinal para os policiais: vocês me pagam. Eu não vim antes aqui na OAB, porque estava sem poder falar, não conseguia falar do que aconteceu com meu filho, eu estou em estado de choque. Eu não tenho medo de morrer por isso venho denunciar, mas tenho medo do que possa acontecer com meus outros filhos. Não

consigo dormir, estou bastante nervosa com aquela cena e voz que vem na minha cabeça.”

Os relatos acima demonstram a desconfiança dos familiares nas instituições policiais¹⁴. Para Waldemar de Oliveira, coordenador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), o processo seletivo e o de formação dos policiais precisam ser revistos. Parece que os processos não são humanizadores, porque os policiais saem para as ruas com esse fito violento (Jornal A Tarde 8/05/2010). Segundo a pesquisadora Tânia Cordeiro, do Fórum Comunitário de Combate à Violência, os excessos de violência têm a ver com “a maneira como a própria polícia enxerga o papel dado a ela, (...) há uma mentalidade do policial que também é da própria sociedade como um todo, na qual espera-se de certa maneira que a polícia bote para quebrar. Esta idéia esta sendo encarnada, (...) segundo ela os desvios não estão sendo contornados.” (Jornal A Tarde 08/05/2010). Estes investigadores lançam dúvidas sobre a eficiência de métodos adotados nas escolas de formação de policiais. O que fica evidenciado é que há necessidade de rever a formação destes profissionais. O abuso de poder, a truculência policial tem causado muita violência no seio da comunidade.

As quatro famílias, mesmo morando na mesma cidade, não se conheciam, mas as circunstância das mortes de seus filhos, todos tendo como suspeito policiais militares da Bahia, as características em comum dos mortos além de pertencerem a mesma faixa etária, o fato de serem negros e pobres e de estarem desarmados, não ofereceram nenhum risco à polícia na hora em que foram abordados. Essas mortes dos quatro jovens confirmam tristemente as estatísticas do Mapa da Violência de 2010, o Brasil em relação aos homicídios de jovens entre 15-29 anos ocupa a 6ª posição dos 91 países listados. Dentre os jovens assassinatos, jovens negros têm um índice de vitimização de 85% superior aos jovens brancos. Em Vitória da Conquista, mesmo sendo uma cidade do interior, a proporção dos jovens negros mortos por causa externa acompanha a taxa de homicídio como em todo o Brasil.

O Mapa da Violência é um estudo que se propõe a conhecer e dimensionar a violência no Brasil, os dados apresentados não deixam dúvida que se precisa investir nas políticas públicas e afirmativas para mudar este quadro. O fator racial confirma a vitimização de jovens, aliada à magnitude do impacto dos homicídios, o aumento das mortes na comunidade como um todo.

¹⁴ Segundo denúncias recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos nos últimos 3 anos, policiais ou ex-policiais comandariam esquadrões da morte em todo o país, cujas vítimas preferenciais são homossexuais, moradores de rua, negros e jovens de periferia. Ver: jornal O GLOBO, de 09 de janeiro de 2010.

Segundo Loïc Wacquant, desde 1989, o crime letal tem sido a principal causa de mortalidade no Brasil, com o homicídio recebendo o título de “grande vilão da saúde pública” nos anos oitenta, durante os quais o índice nacional duplicou para chegar a 20 em cada 100.000 habitantes – duas vezes mais que o Estados Unidos no início dos 1990 e cerca de quinze vezes mais que o pico dos Estados Unidos, no início dos anos 1990 e cerca de quinze vezes o nível das sociedades da Europa Ocidental (cit. Ednilsa Souza 2007, p. 205).

Em Vitória da Conquista, aumenta também a violência. Inegavelmente, pode-se observar de acordo com o gráfico abaixo que, nos últimos 7 anos (2003-2010), os homicídios entre pretos e pardos tem taxas altíssimas. De acordo com os dados no Sistema de Informações de Mortes – SIM, no município de Vitória da Conquista.

Observando-se algumas Declarações de Óbito, verifica-se que, na ficha de preenchimento dos itens de obrigatoriedade para verificar causas externas, o espaço da descrição sumária do evento da causa externa está vazio; isso oculta dados imprescindíveis para apuração. A exemplo disso o número de mortes em confronto com a polícia traz pouco registro, o que torna difícil a coleta de dados, uma vez que em relação à troca de tiros com policiais quase não existe registro nas Declarações de Óbito. Na mesma ficha o critério “cor” está classificado seguindo os critérios do IBGE, mas, na Certidão de óbito, acrescenta-se mais um detalhe que percebi no mesmo item, a categoria “ignorada”.

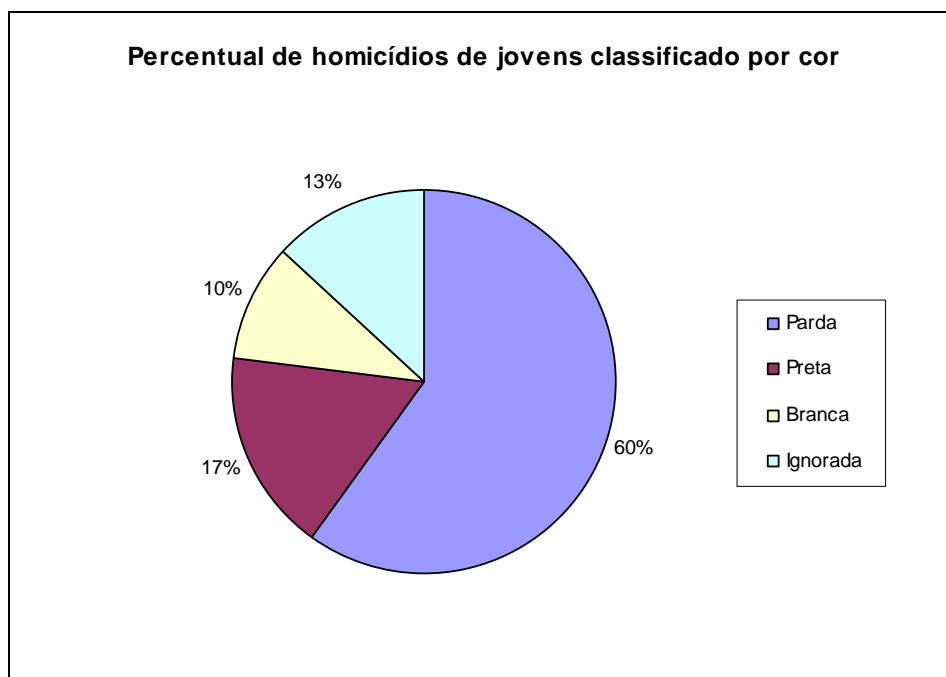


Gráfico 5- Percentual de homicídios de causa externa de jovens em Vitória da Conquista/BA classificado por cor. Fonte de dados :MS/SVS/DASIS-Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM <http://www.datasus.gov.br> (adaptado por Suzete de Paiva Lima – dados até 2007); SESAB/DIS/SIM atualização 03/09/2010 www.saude.ba.gov.br/dis (adaptado por Suzete de Paiva Lima – dados de 2008 a 03/09/2010)

Percebe-se através do gráfico acima, que em relação aos homicídios, os não brancos, somando-se pretos e pardos, chegam a 77%. Lamentavelmente, as mortes comprovam a prática do extermínio neste seguimento da população brasileira. De acordo com Ribeiro (2000, p. 234),

a emergência recente do negro da condição de escravo à trabalhador livre; uma efetiva condição de inferioridade produzido pelo tratamento opressivo que o negro suportou por séculos sem nenhuma satisfação compensatória; a manutenção de critérios racialmente discriminatórios que, obstaculizando sua ascensão à simples condição de gente comum, igual a todos os demais, tornou mais difícil para ele obter educação incorporar-se na força de trabalho dos setores modernizados. As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais.

A edição da Revista Veja, do dia 31 de agosto 2010, traz uma matéria especial sobre “A força das cidades médias” no Brasil. Segundo a matéria, o país tem atualmente um número de cidades médias, ou seja, de cidades que contam com uma população de 100.000 a 500.000 mil habitantes. O Nordeste possui 44 desses municípios. No segmento de comércio em todo o Brasil, Vitória da Conquista ocupa a sétima colocação entre as cidades de mesmo porte do país que mais tiveram o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2002 e 2007, com média de 8,6%. Na Bahia, o crescimento do comércio conquistense só foi menor nesse período em relação a Lauro de Freitas, com taxa média de 11,9%. Ainda de acordo com a revista, “a cidade possui 2.500 lojas e atende a dois milhões de pessoas de 75 municípios baianos e nove mineiros”, além de outro “atrativo: seus serviços de saúde. Porém, se verificarmos a taxa de desemprego em relação à cor, vamos continuar percebendo que os maiores índices dos desempregados ocorre entre os negros e pardos.

O IBGE, através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) confirma que, em 2009, os rendimentos dos pretos e pardos brasileiros são, em média, 40% menores que os dos brancos. Porém em relação a 1999 houve melhora, naquele ano, pretos e pardos com até quatro anos de estudo recebiam menos de 50% da renda dos brancos com o mesmo nível escolaridade. No entanto esse percentual alcançou 57% em 2009. Quanto aos pretos e pardos entre a de parcela mais rica da população, os números indicam que, em 2009, essas famílias compunham 16% entre 1% dos mais ricos. Em 1999, essa faixa era ainda menor, de 9,1%. Esta cifra é bastante distante da representatividade do número de negros e pardos na população brasileira (...). Pretos e pardos eram, respectivamente, 6,9% e 44,2% dos brasileiros em 2009, o que corresponde a uma maioria de 51,1%, conforme dados apresentado e ressaltados pelo IBGE. (cf.Globo: 2010). Este quadro salarial representa o quanto a desigualdade racial está viva na sociedade brasileira.

3 SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENAL BRASILEIRO

3.1 As políticas de segurança pública: momentos decisivos

É preciso entender o porquê dessa violência generalizada nos últimos vinte anos em nosso país. Em primeiro lugar é notório que todo o sistema de justiça criminal brasileiro (judiciário, polícias, sistema prisional) foi montado dentro de uma perspectiva punitiva e liberal que, historicamente, agiu de forma autoritária, privilegiando o patrimônio das elites sociais e econômicas. Não é novidade que o acesso à Justiça sempre foi de forma seletiva e excludente.

Os direitos dos cidadãos, entre os quais o direito à vida, estão garantindo na Constituição Federal de 1988. Esta Carta Magna, conhecida como Constituição Cidadã, é norteadora dos direitos e deveres individuais e coletivos. Assim, compreende-se que todos os direitos dos cidadãos estão amparado legalmente. Este instrumento legal foi propulsor de mudanças significativas e relevantes em muitos campos das políticas públicas, o que não aconteceu no campo da segurança pública.

Por isso, a compreensão de direitos e deveres, varia de acordo com o modo de organização da vida social e do contexto histórico. No Brasil, as violações contínuas, vieram deste a ocupação colonial, da escravidão e da história de exclusão de uma grande maioria de brasileiros. Deste modo, o não compromisso histórico das elites brasileiras com o povo formou um Brasil onde a violência é ocultada, dificultando a existência de uma sociedade igualitária

De acordo com o Art. 144 da Constituição Federal, Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos; é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.(CF/Brasil:88). No entanto, muitas são as questões relativas à Segurança Pública.

Segundo o economista Leandro Piquet Carneiro,

“entre 2003-2007, mais de 240 mil pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil, o que significa uma média anual, no período, de aproximadamente de 27 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Essa taxa coloca o Brasil entre os países mais violento do mundo. Para ser preciso, o País está entre os 5% mais violentos do mundo, com uma taxa que é quase três vezes a taxa média mundial de 9,2, segundo os dados da Organização Mundial de Saúde de 2002. Apesar de ter sido o período de crescimento econômico, gastos sociais elevados e redução da desigualdade, a taxa de homicídios aumentou 15% no Brasil, excluindo-se São Paulo e Rio de Janeiro do cálculo nacional. O estado mais violento do Brasil em 2007 era Alagoas, com 60,4 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, seguido pelos estados do Espírito Santo e Pernambuco, com taxas acima de 50 por 100 mil. O Estado da Bahia não era considerado até este momento não era considerado um dos mais violentos. (2010, p.30)

Recentemente, o Jornal Folha de São Paulo, comentou que: “com a meta de reduzir os índices de homicídio pela metade até este ano, o PAC da Segurança teve efeito quase nulo na contenção de mortes do tipo. (...), o PAC da Segurança tinha como objetivo chegar ao índice de homicídios por 100 mil habitantes neste ano. Mas o número hoje ainda está em 25 por mil-mesmo índice de quando o programa foi lançado, segundo estimativas do governo. Para a organização de saúde, o número aceitável é de 10 por 100 mil-acima disso, classifica a violência como epidêmica”. (2010, p. C1)

Os homicídios por causas externas em Vitória da Conquista, principalmente na população jovem negra e pobre, vêm confirmando a estatística como nos grandes centros urbanos. O gráfico abaixo demonstra desde de 2003 o aumento dos homicídios tem sido a causa principal das mortes.

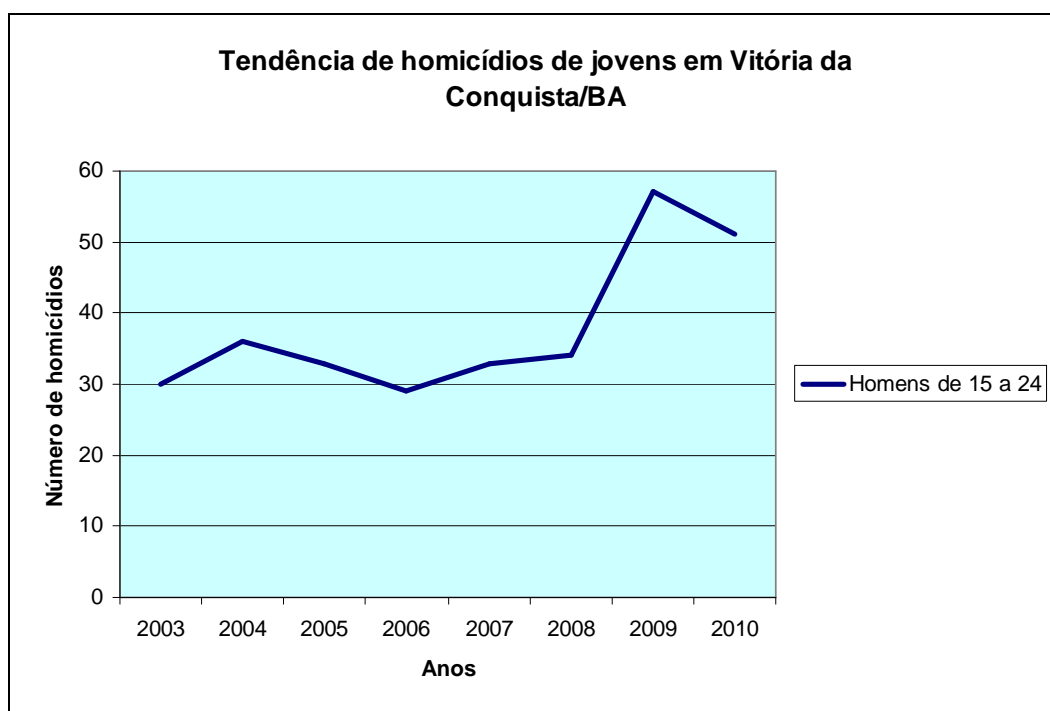


Gráfico 6 - Tendência de homicídios de causa externa de jovens em Vitória da Conquista/BA.

Fonte de dados :MS/SVS/DASIS-Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM <http://www.datasus.gov.br> (adaptado por Suzete de Paiva Lima – dados até 2007); SESAB/DIS/SIM atualização 03/09/2010 www.saude.ba.gov.br/dis (adaptado por Suzete de Paiva Lima – dados de 2008 a 03/09/2010)

O Brasil, assim como diversos países da América Latina, tem uma história de ser violento. Este continente traz na sua história o extermínio de parcela significativa das camadas populares, em sua maioria negra e indígena.. A ausência de políticas públicas nos bairros de maior concentração negra de Vitória da Conquista tem dado lugar a uma presença

do Estado quase somente através da ação policial. Hamilton Borges, militante do movimento negro, tem usado sua voz para lançar o grito quase sozinho, na capital da maior cidade negra do país, que a política de controle da maioria negra baiana tem a mesma ação que antes, na Casa Grande e Senzala, sobre chibata nos corpos até sangrar. Os gastos com segurança pública anualmente não pode servir de justificativa para a presença do estado na vida dos pobres. Não é com o mero aumento do efetivo policial e da compra de novas viaturas ou centros de monitoramento, que inibiremos a criminalidade e a incidência das violências. Para o sociólogo, Luiz Eduardo Soares,

“A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiano não se distribui de forma desigual: são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15-24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva. O problema alcançou um ponto tão grave que já há um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um déficit que só se verifica nas sociedades que estão em guerra. Portanto, apesar de não estarmos em guerra, experimentamos as conseqüências típicas de uma guerra.(2005, p.21)

Como podemos verificar pela tabela abaixo, a taxa de homicídio no Estado da Bahia permanece estabilizada nos últimos 3 anos da série, mas em níveis elevados.

Taxa de Homicídio no Estado

Bahia				
ANO	Homicídios	População	Grupo 100.000	Taxa 100.000
2006	3.188	13.950.125	13.950.125	22,85
2007	4.197	14.083.771	140.83771	29,80
2008	4.253	14.502.575	145,02575	29,33
2009	4.256	14.637.	1046,3775	29,08

Fonte: SSP/BA

Diante destes e outros dados, qual a agenda a ser feita? Que caminhos trilhar? Não seria o debate sobre violência e extermínio o início da construção de diálogo com a comunidade na perspectiva de construir uma proposta?

A agenda e os desafios em diversos municípios do país e de especialistas como Luiz Eduardo Soares, que reconhecem que não é uma questão tão simples, pois trata de problema que envolve questões empírica-analítica e de natureza política. Nesta perspectiva, Soares

define segurança pública como a estabilização de expectativas positivas quanto à ordem pública e à vigência da sociabilidade cooperativa.¹⁵

De acordo com Soares, para avançar neste debate e propor uma nova pauta, devemos acreditar que é possível reduzir a violência criminal nas cidades através da implementação de uma política inteligente de segurança pública, sem prejuízo da contribuição indispensável dos governos estaduais e federal, e de suas instituições, sociais e policiais.(2005, p. 18-19).

3.2 A Vulnerabilidade e Punibilidade da Juventude Negra

A vulnerabilidade da juventude negra é configurada pelo racismo dirigido a este segmento social. Ela, por conseguinte, aponta para a ausência de um conjunto de políticas públicas de combate ao racismo e Ações Afirmativas. Os dados pesquisados em Vitória da Conquista, os quais apontam as mortes na faixa etária entre 14 e 24 anos, apresentam maior concentração na categoria de óbitos por causa externa, isso devido a falta de perspectiva principalmente para os mais pobres e negros, sem alternativas de lazer, esporte e cultura. Estes jovens em sua maioria estão ociosos e em condições sociais e culturais que têm contribuído para a exclusão e torná-lo vulneráveis.

Segundo Robert Castel (2008^a, p. 213), a vulnerabilidade de massa torna cada vez mais fictícia a propensão a reduzir a questão social ao tratamento destes dois grupos extremos: os indigentes incapazes de trabalhar, que são assistidos, e os vagabundos, que são reprimidos, porque, para ele, a vulnerabilidade torna-se uma categoria a ser aplicada aos trabalhadores. De nossa parte podemos dizer que a vulnerabilidade da juventude negra está associada à indigência, a ausência de emprego, a falta de oportunidade de lazer e acesso a educação de qualidade deste segmento social, que quando indigente não é assistido e quando vagabundo é exterminado. O indigente de Castel seria compreendido como aquele que não tem o necessário para viver, incapaz que é, só com seus recursos, de ser ao mesmo tempo alimentado (com o mínimo vital), vestido (o mais simplesmente) e alojado (provido de um lugar para dormir em um alojamento individual ou coletivo) (2008^a, p. 214).

Os “pobres envergonhados” e aqueles que escapam de todas as formas de identificação dependem, para sobreviver, de um atendimento dispensado sob distintas formas, seja de uma

¹⁵ - De acordo com soares a estatização irá realizar os objetivos em duas esferas: a) fáctica, na qual os fenômenos são diretamente vividos e se contam por números, comparam-se por taxas e se distribuem segundo variáveis sociológicas precisas-nessa esfera, importa reduzir a quantidade de práticas violentas, especialmente aquelas que se classificariam como criminosas e, sobretudo, as que ameaçam a vida ou são letais; b) e intersubjetiva, domínio das percepções coletivas, sensíveis a dinâmicas culturais e processos de comunicação particularmente complexos nessa esfera, impõe, se reduzir o medo a sensação de insegurança e a instabilidade.

assistência total nos hospitais e nas “caridades”, seja de ajudas parciais, por exemplo, sob a forma de uma distribuição pontual ou regular de alimentos ou subsídios. Uma indigência estrutural importante é um traço incontestável dessas sociedades. O Bolsa Família, Programa de Combate a Fome do Governo Federal ¹⁶, de certo modo satisfaz esta condição de assistência às famílias da juventude negra em Vitória da Conquista. Mesmo assim, no entanto, programas deste tipo não têm impedido que o segmento negro, neste contexto, seja tratado como uma massa abstrata, estruturalmente determinada por sua condição de trabalhador. Vitória da Conquista, após a década de 70 teve que se defrontar com o aumento da população urbana, onde diversos bairros cresceram sem nenhum planejamento. Cerca de um terço ou da metade da população global, conforme os lugares e as épocas, está na situação de ter que viver quase “pensando no dia de hoje”, eternamente ameaçada de se encontrar aquém do patamar de recursos que permitem uma autonomia mínima” (Castel; 2008.a)

Para Castel, a miséria permanece como um componente estrutural essencial das formações sociais européias. Uma explicação neomalthusiana em termos da escassez de recursos em relação ao volume das populações é insuficiente, porque essas sociedades se não foram opulentas, não tiveram também que enfrentar uma escassez generalizada (2008^a, p. 217). A existência de uma miséria de massa na Europa decorre pois de razões sociológicas tanto quanto de razões diretamente econômicas; pelos menos quanto a raridade dos bens disponíveis, um sistema impiedoso de punição, que pesa sobre os produtores diretos, é responsável pela perenidade e pela amplitude das situações européias de penúria no contexto de transição do feudalismo (cf. p.218). O discurso europeu acerca da indigência remeterá a idéia de massa, que envolve mendigos e vagabundos. Estes servem para marcar a idéia de marginalidade, de populações que ameaçam a ordem estabelecida. Designam pessoas fora do regime comum, isto é, do regime comum da pobreza. Segundo o modelo proposto, essas populações ocupam duas regiões da vida social periféricas em relação à zona principal de integração. Por mais numerosos que possam ser esses indivíduos - sejam os indigentes, aliás reintegrados pela assistência, sejam os desfiliaados, que permanecem fora do espaço social -, sua existência altera pouco a representação de uma sociedade equilibrada, mesmo que tal estabilidade se apóie nua maioria de condições “medfocres” (ibidem, p. 219). Para Castel, no contexto europeu, vulnerabilidade de massa substitui pobreza de massa.

¹⁶ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

No Brasil, em geral, e em Vitória da Conquista em particular, a pobreza do segmento negro é acompanhada de racismo contra o negro, o que não justifica o fato desta categoria ser tomada como “massa” do capitalismo, ainda que o trabalhador seja um dos componentes estruturais deste sistema no contexto brasileiro. A vulnerabilidade em Castel torna-se uma dimensão coletiva da condição popular. A vulnerabilidade no Brasil torna-se uma dimensão particular da condição brasileira, especificamente negra, tragicamente juvenil. A juventude negra conquistense se situa entre o assistido e o desfilado de Castel sem contudo perder numa massa sua especificidade racial. A prova dessa consciência de que uma vulnerabilidade de massa na Europa persiste e até mesmo se acentua, enquanto a situação econômica e social melhora na transição para e no capitalismo (ibidem, p. 222), tem perfeito paralelo com Vitória da Conquista, na medida em que a melhora da condição social da juventude negra conquistense, através do bolsa família, por exemplo, não se faz acompanhar do declínio do racismo reificado .pelo extermínio e pela criminalização.

A vulnerabilidade de massa aumenta, ao passo que os casos mais extremos de miséria são, sem dúvidas, menos numerosos, conforme Castel para o contexto europeu. Em Vitória da Conquista, a juventude negra que sobrevive a fome não infla o mercado capitalista de trabalhadores, mas continua preenchendo as páginas dos jornais com seus corpos negros caídos no chão¹⁷. A juventude negra de Vitória da Conquista está mais próxima, portanto, da noção de desfilado de Castel. Se desconsiderarmos a necessária função integradora à idéia de massa no mundo do trabalho capitalista, segundo este autor, os jovens negros conquistenses são sujeitos ao destino punitivo. Desfilados ou vagabundos são forçados a integrar-se enquanto massa ao mundo do trabalho pela via das regulamentações sobre a polícia dos pobres no dizer de Castel (2008^a, p. 219), da criminalização da pobreza. A juventude negra é criminalizada não para forçá-la ao mundo do trabalho ou rumo à escola, mas por via do racismo, para instituições sócio-educativas ou encarceramento, quando sobrevive ao extermínio. Ela é vigiada em instituições fechadas, os institutos responsáveis por aplicar medidas sócio-educativas ou punida com a morte.

A juventude negra é alvo do extermínio porque a sociedade brasileira não considerou o racismo como um elemento estruturador da realidade no pós-abolição. O Estado não investiu em políticas públicas que favorecessem a inclusão social deste segmento da população por não considerar sua a condição de vulnerabilidade. A especificidade da situação de vulnerabilidade, devido os condicionantes históricos, não recebeu a atenção necessária seja

¹⁷ Segundo apropriada expressão cunhada no título do livro de Ana Luiza Pinheiro Flauzina *Corpo caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

do Estado, no seu papel de promotor e executor de políticas públicas, seja da sociedade em termos da exigência dos direitos sociais básicos como acesso aos benefícios sociais e distribuição de renda. A falta de equidade favoreceu a formação de camadas sociais com índices de desenvolvimento social díspares.

O contexto conquistense não difere do sentido geral em que as conseqüências da falta de atenção e de investimentos públicos, na área social, por muitas décadas produziu no país. Assim, o extermínio vai se configurando como um dos problemas que tem afetado a juventude e, no caso da juventude negra, é uma problemática que vai se revelar de modo mais contundente, causando prejuízos sociais e impactos nas histórias familiares, com remotas possibilidades de reversão.

3.3 A Contribuição da mídia para criminalização do cotidiano.

De acordo com a Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN, “a imagem do negro na mídia foi construída ao longo do tempo como que reforçando os estereótipos tradicionais do papel dos afro-descendentes na sociedade brasileira”. No geral, há poucos negros e negras nas imagens, nos programas nos noticiários ou nas propagandas veiculadas pela mídia. Quando as novelas brasileiras empregam negros e negras quase sempre não são protagonistas, mas estes ocupam papéis de empregada domésticas, bandido, escravos. Os principais meios de comunicação de massas, televisão, rádios e imprensa escritas estão nas mãos de empresários, políticos ou grupos com poder político e econômico.

O papel da mídia na manutenção de estereótipos negativo da negritude e do combate a qualquer política de Ação Afirmativa tem sido incisiva, hoje o preconceito e os estereótipos veiculados pelos meios de comunicação, a violência policial e os assassinatos da juventude negra impõem uma representação simbólica negativa presente no imaginário da população que quase sempre estigmatizando principalmente jovens negros, da periferia e pobre como: vagabundo, ladrão, traficante e perigoso.

Vera Malaguti chama atenção no sentido que “os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para reequipar para os “novos tempos”. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da “invenção da realidade” para “produção de indignação moral”, seja pela fabricação de estereótipos do criminoso”. E com

cada estereótipo deve corresponder um papel, as pessoas assim selecionadas terminam correspondendo e assumindo os papéis que lhes são propostos”(Cf. Zaffaroni 2003, p. 56)

A mídia tem sido o componente essencial para divulgar e criminalizar os jovens negros, geralmente as matérias veiculadas nos meios de comunicação mostra a visão que se tem de um delinqüente, um jovem negro, pobre, baixo nível de escolaridade, a comunicação está interligada com a política.

Para o jornalista Fernando Conceição, “No mundo moderno as interfaces entre a política e a comunicação me levou a conclusão que não se pode separar nenhum projeto

Político de um projeto de comunicação. E todo projeto de comunicação no fundo está atrelado a alguma visão política do mundo.”¹⁸

O Estatuto de Igualdade Racial em seu capítulo IX, que trata dos meios de comunicação, nos artigos 73 e 74:

Art. 73. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação dos afro-brasileiro na história do País.

Art. 74. Os filmes e programas veiculados pelas emissoras de televisão deverão apresenta imagens de pessoas afro-brasileiras em proporção não inferior a vinte por cento do número total de tores e figurantes.

§ 1º Para a determinação da proporção de que trata este artigo será considerada a totalidade dos programas veiculados entre a abertura e o encerramento da programação diária.

Esta evidenciada que os artigos na lei não garante a sua implementação. Para o cineasta Joel Zito, “o número de programas relacionados à cultura negra não chega a 1% das TVs públicas, como Cultura, TVE Brasil e a Radiobrás.”(2007). Os programas sensacionalistas, principalmente, os que reúnem jornalismo “social” apresentando em bairros e periferias da Bahia, entrevistando delegados, acusados, e que visitam delegacias superlotadas tem maior índice de audiência. De um cunho apelativo que torna agressivo. Neste programa o negro sempre é exposto e caricaturado pelo apresentador.

Os avanços de uma sociedade que reconheça o negro digno do mesmo tratamento dispensado aos brancos é o princípio da superação. Assim, como o Estatuto de Igualdade Racial reafirma “a cor não determina a capacidade de um ser humano, ela é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, como a cor dos olhos, como a altura, como a forma dos cabelos. Temos orgulho de sermos o que somos, mas é vergonhoso vivermos em um mundo onde os negros são tratados como seres inferiores. Lamentamos pelo atraso e pelas

¹⁸[Nucleoomidudu.org.br/.../entrevista com Fernando Conceição sobre o Curso de Comunicação política.](http://Nucleoomidudu.org.br/.../entrevista-com-Fernando-Conceição-sobre-o-Curso-de-Comunicação-política)

marcas que esse tratamento, sinônimo de desumanidade, registram na história da nossa Nação.”¹⁹

Ainda há muito a se fazer, a Juventude Negra terá orgulho de compreender que o “passado” foi escrito por homens e mulheres que na luta reescreveram a resistência nas páginas desta história, através do combate a discriminação racial. O racismo, a violência e a prática de extermínio contra a juventude negra estarão nos livros para marcar a história reconstruída nas páginas deste país.

CONCLUSÃO

“Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo.”

Beatriz Nascimento

Se todos os homens e mulheres nascem livres e iguais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, são, no entanto, muitas vezes, discriminados pela cor da pele, orientação sexual, sexo, idade e pela condição econômica, dentre outras características. No Brasil, tem sido frequente práticas de violência e execução de populações de rua, homossexuais, e de adolescentes e jovens negros.

Embora algumas destas execuções possam ser atribuídas a brigas e desavenças entre grupos rivais ligados ao tráfico de drogas, segundo as denúncias recebidas de 2007 a 2010 pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, policiais e ex-policiais comandam ou fazem parte destes grupos. (O Globo: 09/01/2011).

Outro problema, a este relacionado, é a situação das prisões, cada vez mais superlotadas de pequenos vendedores de drogas, que acabam por se ligar definitivamente ao tráfico.

Na Bahia, a situação de violência não é diferente do restante do Brasil. Em Salvador, capital baiana, apenas no final de semana, entre os dias 08 e 10 de janeiro de 2011, foram registrados 28 homicídios, sendo que a maioria destes crimes foi atribuído ao tráfico de drogas, pela polícia (O Globo: 11/01/2011).

¹⁹ Estatuto de Igualdade Racial, 2010

Em Vitória da Conquista, de acordo com nosso estudo, as relações entre polícia, juventude negra e bairros populares concretizaram-se nos diversos confrontos, onde muitos jovens morreram na mão do próprio Estado, que deveria protegê-los. O resultado tem sido a alta taxa de homicídio nos últimos 8 anos, a maioria de jovens negros, com baixa escolaridade. Foi evidenciado nesta Dissertação a criminalização racial por parte da polícia baiana, sendo que a maioria das mortes tem sido justificada como “auto de resistência”.

Esta realidade nos impede de realizar a proposta de Fanon de um “novo ser humano”, em que pese a “Constituição Cidadã”, de 1988, que garante o direito à vida, à educação e à saúde a todas as crianças e jovens. Na sociedade conquistense há estratificação em nível salarial e tonalidade da cor da pele. Os jovens são identificados pela forma de andar, de se vestir, de morar; são vistos como possíveis marginais pela escola, pela polícia, reproduzindo a seleção que existe na sociedade de classe. O padrão da elite cultural é dominante, mesmo quando os agentes do estado (policia, professor, médico), são moradores do bairro de periferia. Eles incorporam a ideologia dominante e se sentem diferenciados do restante da população destes bairros.

Em Vitória da Conquista, a ausência de políticas públicas afirmativas tem sido fator de agravamento da violência e de conflitos na periferia, uma vez que os jovens mortos encaixam-se perfeitamente no perfil dos grupos mais excluídos e vulneráveis da sociedade: homens negros, moradores em bairros pobres e violentos, baixos níveis de escolaridade, tendo alguns cumprido medidas sócio-educativas, cujos pais eram subempregados.

Busquei, diante dos documentos que tive acesso, dar forma ao que vi e ouvi de 2003 a 2010. Neste período acompanhei enterros em diversas famílias, escutei moradores e familiares, li cartas de denúncias e atestados de óbitos. Tal vivência “no campo” me possibilitou constatar a precariedade das condições de vida e a violência deste cotidiano. Por outro lado, constatei o quanto é difícil dar vida ao material empírico e proceder a uma análise acadêmica rigorosa do material colhido.

Compreender a necessidade das políticas de ações afirmativas para a juventude negra, pode ser o começo da efetivação da cidadania. Entendi, durante a pesquisa, que era necessário relacionar aquela situação vivida pelos jovens ao contexto mais amplo de desigualdade social e de práticas racistas. Entender os caminhos pelos quais o jovem negro é definido como “perigoso” e, portanto, objeto de toda repressão e hostilidade policial.

Finalmente, para concluir, quero voltar à pergunta: Por que e para que essa Dissertação? Que papel cumprir? Onde contribuir? Será esta Dissertação apenas mais uma escrita para obter o título de Mestre?

Sem desmerecer o título de Mestre, o mais importante, no entanto, é que os aspectos aqui apresentados nos causem indignação e nos motivem a reagir à violência, em prol da vida dos jovens negros exterminados. É urgente superarmos as representações da juventude negra e pobre como suja, imoral, vadia e perigosa, porque, como nos diz Vera Malaguti, estes discursos “formam o sistema de controle social no Brasil de hoje e informam o imaginário social para as explicações da questão da violência urbana.”(2003;p.131).

Por isso, a importância de se pensar o protagonismo da juventude negra de Vitória da Conquista, para elaborar um discurso crítico e uma ação criativa, a partir de um olhar singular que possa compreender os impasses dentro da realidade conquistense. Não mais Vitória da Conquista conhecida como “Açougue Humano”, mas vitória da vida sobre a morte e conquista de direitos, tão básicos e fundamentais como o direito à vida, à alegria, à felicidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. Itamar. *Do púlpito a baquiço religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da ressaca*. 2007. Tese (Doutorado) - PUC, São Paulo, 2007.
- BATISTA, V. M. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Rivan, 2003.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARNEIRO, P. Leandro. Ameaça do crime organizado à segurança pública no Brasil. *Interesse Nacional*. ano 3, n.10, 2010. Disponível em: <www.interessenacional.com>. Acesso em: 09 set. 2010
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- _____. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes. 2008.
- CEREJA, R. William; MAGALHÃES, C. *O navio negreiro* [Castro Alves], Tereza. Literatura Brasileira. São Paulo: Parma Editora. Literatura Brasileira, 1995.
- COUTINHO, C. N. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.). *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- DIETER, S. Maurício. *Sistema econômico e tutela penal do escravo no Brasil imperial*. Paraná, 2007. Texto.
- EZPELETA, J. ; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1989.
- FANON, F. *Os condenados da Terra*. Trad. Enilce Albergaria Rocha; Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEERNANDES, A.C. *Perfil das vítimas da violência*. Folha de São Paulo, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. *Vigiar e punir*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- O GLOBO. *Mais mortes que países em guerra*. Jornal O Globo On-line, Rio de Janeiro, nov. 2006. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=320340>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

O GLOBO, 09 jan. 2011.

O GLOBO, 11 jan. 2011.

GONZALÉZ, L. *Lugar de Negro*. O movimento negro na última década. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1992. v. 3. (Coleção 2 Pontos).

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude: documento de conclusão. São Paulo: Perseu Abramo 2004.

KOSHIBA, L.; MANZI, D. F. P. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993.

MACHADO, J. N. *Sobre a idéia de tolerância*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/artigos/machadoideiadetolerancia.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

MACHADO, P. Eduardo; NORONHA, V. C. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a09n7.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

MARTINS, S. José. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. *O Capital*, v.2. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. R. CORBISIER; M. COELHO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MENEZES, Vanessa. *O extermínio do jovem negro promovido desde a escravidão e as práticas de resistência dos negros ao longo da história*. Rio de Janeiro, 2009. (Monografia, UERJ).

MIRAGLIA, P. Para analistas, comparadas a outros países, taxas são altas. Mapa da Violência. *Folha de São Paulo*, 30 jan. 2008.

MIRA, J. M. L. *A evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martin Claret. 2000.

MUNANGA, Kabenguele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O negro revoltado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PAIXÃO, Marcelo. Antropofagia e racismo; uma crítica ao modelo brasileiro de relações raciais. In: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. (Org.). *Elemento suspeito- abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 282-319.

PAIXÃO, M. Ranking dos cem (100) maiores municípios negros do Brasil. Observatório Afrobrasileiro (UFRJ/IPDH). 2003.

- PRETO, Gato. A Bahia que Gil e Caetano não cantaram. In: FERREZ, Reginaldo, S. (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005a. p. 51-55.
- REIS, Vilma. *Atocaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001*. Salvador, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed., 15. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas*. Salvador: Progresso, 1957.
- SEVERINO, A. Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOARES, L. Eduardo. Segurança e cidadania, 3. In: SENTO-SÉ, João Trajano. (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. v. 2, 1992.
- TESTA, A. Para analistas, comparadas a outros países, taxas são altas. Mapa da Violência. *Jornal Folha de São Paulo*, 30 jan. 2008.
- TELLES, E. Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- VERANI, Sérgio. *Assassinato em nome da lei: uma prática ideológica do direito penal*. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.
- WACQUANT, Loic. Rumo à militarização da marginalização urbana. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Revan, ano 11, n.15/16, 2007.
- _____. *As duas faces do gueto*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.
- WALTER, R. *Políticas Compensatórias: o dilema brasileiro do século XX*. Seminários Regionais preparatórios para conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia correlata. Brasília, Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.
- WESTIN, T; TOKAHASHI, F. Para analistas, comparadas a outros países, taxas são altas. Mapa da Violência. *Jornal Folha de São Paulo*, 30 jan. 2008.
- ZALUAR, A. *Democracia participativa?* Folha de São Paulo. 1 out. 2007.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro, v.1, Teoria Geral do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- ZAFFARONI, E. Raúl. *O inimigo no Direito Pena*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2007.

Documentos e sites consultados:

GÊNERO e Diversidade na Escola (GDE/CLAM). Curso de Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC ; Brasília: SPM, 2009. 2 v.

ESTATUTO da Criança e do Adolescente – Natal – 2000.

PRETOS e pardos ganham, em média, 40% menos que brancos, diz IBGE. 2010. **Globo.com** <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/09/pretos-e-pardos-ganham-em-media-40-menos-que-brancos-diz-ibge.html>> acesso em: 13 Nov. 2010.

RELATÓRIO preliminar execução sumárias, arbitrárias e extrajudiciais Phillip Alston da ONU, 2008.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES. Comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para juventude. Brasília – 2004.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO NORDESTE. CPI do Extermínio do Nordeste. Relatório Final 2005

Observatório Afrobrasileiro (UFRJ/IPDH), Rio de Janeiro, 2003.

Diário Oficial da União. Estimativa populacional de Vitória da Conquista - D.O.U., 14 ago. 2009.

Constituição Federal do Brasil, 1988.

Folha de São Paulo, 25 jul. 2010. p. C1-C3

A Tarde, 08 maio 2010.

DIS/SIM. Disponível em: <www.saude.ba.gov.br/dis>. Acesso em: 03 set. 2010.

MS/SVS/DASIS-Sistema de Informações sobre Mortalidade-SIM. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 03 set. 2010.

RELATÓRIO anual das desigualdade racial no Brasil; 2007-2008 – Marcelo Paixão –Laeser – Laboratório de Análises Econômicas: históricas, sociais e estatísticas das relações raciais – Instituto de Economia – UFRJ. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/relatorios_gerais.asp>. Acesso em: 18 jun. 2009.

<<http://www.oab.ba.co.br/novo/Template.asp?Nivel=00010002&IdEntidade=83> 2010/28 OAB Bahia>. Acesso em: 18 nov. 2010

<<http://giselacastr.vilabol.uol.com.br/pesquisador.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010

World Health Organization (WHO), 2002. *World report on violence and health Geneva: who*. Relatório da OMS 2002, site:<<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009

<http://www.juventudeemmarcha.org/index.php?option=com_content&view=article&id=92:n-a-bahia-a-juventude-negra-na-mira&catid=5:artigos-e-textos&Itemid=4>. Acesso em: 15 out. 2010

Nucleoomidudu.org.br

< www.mj.gov.br>. Acesso em: 28 Nov. 2010